

Sílvia Helena Lovato do Nascimento

INACUSATIVIDADE NO PORTUGUÊS DO BRASIL

UFSC
Coordenadoria de Pós-Graduação em Linguística
2002

Sílvia Helena Lovato do Nascimento

INACUSATIVIDADE NO PORTUGUÊS DO BRASIL

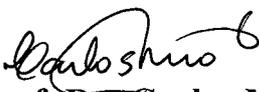
Tese apresentada ao Curso
de pós-Graduação em
Linguística da Universidade
Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor
em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Carlos
Mioto

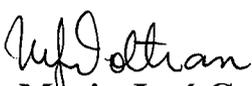
UFSC
Coordenadoria de Pós-Graduação em Linguística
2002

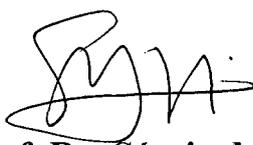
Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do grau de *Doutor em Lingüística* e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Lingüística, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Coordenador

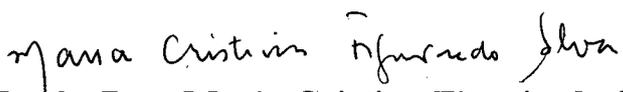

Prof. Dr. Carlos Mioto
Orientador

Apresentada à Banca Examinadora:


Prof. Dra. Maria José G. D. Foltran
Universidade Federal do Paraná


Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul


Prof. Dra. Roberta Pires de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Para o Luiz Felipe e para o Nilton

AGRADECIMENTOS

Ao professor Carlos Miotto, pelo carinho e dedicação com que orientou esta tese.

A todos os professores do Curso de Doutorado em Linguística da UFSC, em especial à Maria Cristina Figueiredo Silva, à Roberta Pires de Oliveira e à Edair Gorski, pelas valiosas sugestões.

Aos meus colegas e amigos do Curso de Doutorado em Linguística.

A minha família, pelo incentivo.

Ao Luiz Felipe e ao Nilton, pela paciência e apoio irrestritos.

RESUMO

Esta tese aborda as sentenças construídas com verbos inacusativos no português do Brasil (PB) dentro dos moldes do Programa Minimalista (Chomsky, 1995). Mostramos aqui que é possível encontrar evidências para sustentar a subclassificação dos verbos monoargumentais do PB em intransitivos e inacusativos; pois, apesar de o PB não possuir marcas explícitas (como o italiano) que nos auxiliem a manter essa subdivisão, possui alguns processos que evidenciam as características inacusativas de um conjunto de verbos.

Os verbos inacusativos são descritos e separados em duas grandes classes. Uma classe abrange os verbos inacusativos que selecionam apenas um argumento, que pode ou não ser um DP; a outra classe é formada por verbos biargumentais que podem ser reduzidos a verbos de um argumento apenas.

Adotamos a análise do VP oracional (Larson, 1988) e aplicamos a ela a UTAH (*Uniform Theta Assignment Hypothesis*) de Baker (1988); dessa forma, os argumentos não agentivos são projetados no VP lexical. Mostramos, por fim, que essa análise está de acordo com a Generalização de Burzio.

SUMÁRIO

Resumo	VI
--------------	----

Capítulo I O Fenômeno da Inacusatividade e o PB

0. Introdução	01
1. O italiano	03
1.1 O clítico ne	03
1.2 O auxiliar	05
2. O PB	06
2.1 O particípio	10
2.2 Os nominais em [-or]	12
2.3 As alternâncias	14
3. Conclusão	21

Capítulo II Os Verbos Inacusativos

0. Introdução	23
1. Verbos monoargumentais	24
2. Verbos inacusativos que selecionam DP	28
2.1 Verbos existenciais	29
2.2 Verbos não-existenciais	43
3. Verbos inacusativos que não selecionam DP	49
3.1 Verbos que selecionam CP	49
3.2 Verbos que não selecionam CP	50

4. Conclusão	54
--------------------	----

Capítulo III Outros Verbos Inacusativos

0. introdução	56
1. Verbos biargumentais	57
2. Verbos não-psicológicos	59
2.1 Verbos AVB→BV	59
2.2 O clítico se	63
3. Verbos psicológicos	67
3.1 Verbos psicológicos biargumentais: transitivos e inacusativos	68
3.2 Verbos psicológicos monoargumentais: intransitivos e inacusativos	80
4. Conclusão	83

Capítulo IV As Hipóteses

0. Introdução	85
1. Hipóteses construídas de acordo com a teoria de Regência e Ligação	86
1.1 Chomsky (1986)	87
1.2 Burzio (1986)	90
1.3 Belletti (1988)	92
2. Hipóteses construídas de acordo com o Programa Minimalista	100
2.1 Chomsky (1995)	100
2.2 Viotti (1999)	103

2.3 Cardinaletti (1997)	106
2.4 Lasnik (1999)	109
3. Conclusão	114

Capítulo V A Análise

0.Introdução	117
1. Os pressupostos	118
1.1 A checagem	118
1.2 A estrutura da sentença	119
2. A análise	124
2.1 Análise das sentenças construídas com inacusativos que selecionam apenas um argumento	124
2.2 Análise das sentenças construídas com inacusativos que selecionam mais de um argumento	132
3. Conclusão	134

Capítulo VI Conclusão	136
-----------------------------	-----

Capítulo I

O Fenômeno da Inacusatividade e o PB

0. Introdução

1. O italiano

1.1 O clítico ne

1.2 O auxiliar

2. O PB

2.1 O particípio

2.1.1 Particípio absoluto

2.1.2 Particípio passado com valor de adjetivo

2.2 Os nominais em [-or]

2.3 As alternâncias

2.3.1 Alternância AVB→BV

2.3.2 Alternância AVB→AV

2.3.3 Alternância VB(PA)→AVB

3. Conclusão

0. Introdução

O fenômeno da inacusatividade pode ser identificado informalmente como sendo aquele que se constitui a partir de verbos que selecionam um único argumento: o argumento interno. Como outros fenômenos cuja gênese está nas propriedades lexicais dos itens, se manifesta de modo bastante diferente nas línguas naturais. Tanto isso é assim que, se o consideramos no nível mais geral, o da tipologia lingüística, ele é fundamental para traçar

uma distinção entre as línguas chamadas ergativas e as nominativas: o único argumento de um verbo inacusativo vai acabar como o objeto direto (marcado por caso absoluto \equiv acusativo) nas línguas ergativas, mas como sujeito (marcado pelo caso nominativo \equiv ergativo) nas línguas nominativas.

Mesmo se o consideramos num nível menos geral, como o que envolve diferenças (paramétricas) entre línguas que, como as românicas, têm estreito parentesco, vemos que ele vai resultar em diferenças marcantes na sintaxe dessas línguas. Comparemos nesse particular o italiano e o português. Como veremos em seguida, o fenômeno da inacusatividade permite separar os verbos monoargumentais do italiano em duas classes claramente distintas: os membros de uma classe são os verbos que são selecionados pelo auxiliar *essere* (*ser*) e que toleram uma construção com o clítico *ne* (*deles*); os membros da outra são selecionados pelo auxiliar *avere* (*ter*) e não toleram a construção com o clítico *ne*.

O português, entretanto, parece não dispor de mecanismos tão salientes como os do italiano para separar os verbos monoargumentais em duas classes. A questão que se põe frente a essa situação é decidir se a separação dos verbos monoargumentais em duas classes, que é fundamental para a previsão de como se constroem certas sentenças no italiano, deve ou não ser mantida para o português.

Consideremos a decisão do ponto de vista teórico, que procura pôr o peso da variação lingüística exclusivamente nas diferenças apresentadas pelas categorias funcionais. Uma decisão que separa as duas classes de verbos monoargumentais no português (ao mesmo tempo em que mantém a separação para o italiano e a estende a qualquer língua) é desejável, já que

mantém igual uma classificação que é feita para outras línguas e evita construir uma variação em um domínio que não é apropriado para tal, o das categorias lexicais. Do ponto de vista prático, a decisão de separar esses verbos em duas classes vai ser fortalecida se conseguirmos apontar evidências que podem ser encontradas no português.

Como no português brasileiro (PB) a existência das duas classes não é tão evidente como no italiano, vamos apontar, neste capítulo, fenômenos que contribuem para manter que os verbos monoargumentais pertencem a duas classes, a dos intransitivos e a dos inacusativos. Antes, porém expomos dois fenômenos do italiano classicamente associados aos verbos inacusativos para mostrar como a classificação é consistente: o uso dos auxiliares *essere* (*ser*) e *avere* (*ter*) e as construções com o clítico *ne* (*deles*).

1. O italiano

1.1 O clítico *ne*

Somente objetos diretos podem ser pronominalizados por *ne*, como ilustra (1), em que todos os verbos têm dois argumentos:

- (1) a. Giovanni ne_i inviterà molti ec_i
 Giovanni cl (deles) convidará muitos
 "Giovanni convidará muitos deles"
- b. * Ne_i examineranno il caso molti ec_i
 cl (deles) examinerão o caso muitos
- c. *Giovanni ne_i parlerà a due ec_i
 Giovanni cl (deles) falará a dois

Em (1a), *ne* está relacionado com a categoria vazia (*ec*) localizada no objeto direto quantificado por *molti* (*muitos*) e a sentença é gramatical; a agramaticalidade de (1b) decorre do fato de *ne* estar relacionado com uma *ec* que faz parte do sujeito posposto; e a agramaticalidade de (1c) decorre de *ne* estar relacionado com a *ec* que está dentro de um PP.

Quando se trata de verbos monoargumentais, temos o quadro delineado pelos exemplos em (2):

- (2) a. *Ne_i arriveranno molti ec_i*
 cl (deles) chegarão muitos
 "Chegarão muitos deles"
- b. **Ne telefoneranno molti*
 cl (deles) telefonarão muitos

Das sentenças em (2), apenas (2a) é gramatical. Suponhamos, como faz Burzio (1986), que o argumento selecionado pelo verbo *arrivare* seja um argumento interno (AI), isto é, que esse verbo seja inacusativo; e que aquele selecionado por *telefonare* seja um argumento externo (AE), isto é, que esse verbo seja intransitivo. Então, surge imediatamente uma explicação para o fato de o clítico *ne* ser legítimo em (2a) mas não em (2b): somente em (2a) ele pronominaliza um DP que é (parte de) um AI.

Se completarmos o quadro com (3), podemos afirmar que não basta, para que um DP seja pronominalizado pelo clítico *ne*, que ele seja AI:

- (3) *Molti *ne* arriveranno
 Muitoscl(deles) chegarão

Em (3), *ne* cliticiza um AI, mas isso não garante que a sentença seja gramatical: é necessário também que o AI esteja em posição pós-verbal, como mostra o contraste entre (3) e (2a).

1.2 O auxiliar

A seleção dos auxiliares *essere* e *avere* é outra propriedade que diferencia duas classes de verbos monoargumentais do italiano; inacusativos figuram com o auxiliar *essere* enquanto que intransitivos aparecem com *avere*:

- (4) a. Giovanni è arrivato
 Giovanni é chegado
 "Giovanni chegou"
- b. Giovanni ha telefonato
 Giovanni tem telefonado
 "Giovanni telefonou"
- c. *Giovanni ha arrivato
 Giovanni tem chegado
- d. *Giovanni è telefonato
 Giovanni é telefonado

A agramaticalidade de (4c) se explica pela presença do auxiliar *avere* junto de um verbo inacusativo (*arrivato*); em (4d), é a incompatibilidade entre *essere* e *telefonato* que torna a sentença agramatical.

Esses fenômenos do italiano classicamente associados aos verbos inacusativos (o uso dos auxiliares *essere* (*ser*) e *avere* (*ter*) e as construções com o clítico *ne* (*deles*)) permitiram que Burzio formulasse uma generalização (que ficou conhecida como *Generalização de Burzio*): um verbo só atribui caso a seu AI se atribuir papel temático a seu AE; inversamente, um verbo só atribui papel temático a seu AE se atribuir caso a seu AI. Uma vez que os verbos inacusativos não selecionam AE, não têm a capacidade de atribuir acusativo a seu AI. As conseqüências dessa generalização serão discutidas mais adiante.

2. O PB

No PB, ao contrário do italiano, não há construções semelhantes a (2a) e (4a) que permitam identificar uma classe de verbos inacusativos dentre os verbos monoargumentais. Os contrastes entre inacusativos e intransitivos não são claros quando o argumento selecionado é um DP. Mas, se tivermos em mente que o AI selecionado pelo inacusativo pode não ser um DP, esses contrastes se tornam mais evidentes. Miotto *et alii* (1999: 103) utiliza dados como os apresentados abaixo para demonstrar isso no PB:

- (5) a. *O João parece que a Maria enfrenta os problemas com coragem
- b. O João deseja que a Maria enfrente os problemas com coragem

A agramaticalidade de (5a) mostra que verbos como *parecer* não toleram um AE quando o AI é um CP. Por outro lado, com verbos como *desejar*, o AE é obrigatório. A comprovação dessas afirmações é reforçada se retiramos o AE de (5), produzindo (6):

- (6) a. Parece que a Maria enfrenta os problemas com coragem
- b. Deseja que a Maria enfrente os problemas com coragem

O que se verifica agora é que, para (6b) ser gramatical, é preciso supor um *pro* temático como sujeito de *deseja*, enquanto nada com papel temático pode ser suposto como sujeito de *parece*.

Porém, se nada com papel temático pode ser AE de *parecer*, como se explica que (7a) seja gramatical com um argumento que tem que ter papel temático na posição de sujeito, paralelamente ao que acontece em (7b)? Por que agora o contraste desaparece, sendo as duas sentenças gramaticais?

- (7) a. O João parece enfrentar os problemas com coragem
- b. O João deseja enfrentar os problemas com coragem

A saída para manter a tese é mostrar que o papel temático de o João em (7a) não lhe é conferido por *parecer*.

Esse passo é possível de ser dado se tivermos em mente que todo verbo impõe restrições de seleção aos seus argumentos. De fato, *parecer* não reage ao argumento que acaba figurando como seu sujeito, o que podemos ver em (7a) e (8):

- (8) a. A pedra parece flutuar
- b. A felicidade parece distante
- c. Parece chover muito em Manaus

Para cada uma das sentenças acima, as propriedades semânticas do sujeito são diversas: variam de agente em (7a) à absoluta falta de papel temático em (8c). Um verbo que seleciona AE certamente não tolera toda esta gama de variação temática para seu argumento.

Koopman & Sportiche (1991: 213) notaram para o inglês que *to seem* (*parecer*) não impõe restrições de seleção sobre seu sujeito e aceita como tal um DP licenciado tematicamente pelo predicado da sentença encaixada. Assim, o argumento que aparece como sujeito em (7a) e (8a, b), não sendo tematicamente licenciado por *parecer*, tem de sê-lo por um predicado encaixado, como representado em (9):

- (9) a. Parece [o João enfrentar os problemas com coragem]
 b. Parece [a pedra flutuar]
 c. Parece [a felicidade distante]
 d. Parece [**pro_{expl}** chover muito em Manaus]

O fato de o DP acabar na posição de sujeito de *parecer* se deve a uma conspiração de dois fatores: o primeiro é que o DP não é licenciado na sua posição temática por não ter todas as suas funções gramaticais conferidas (checadas), faltando-lhe caso; o segundo é o Princípio da Projeção Estendido, que induz as sentenças de uma língua nominativa a terem sujeito. Como, em termos da Minimalidade Relativizada (Rizzi, 1990), nada impede que o DP em negrito figure na posição de sujeito, o verbo *parecer* vai ter um sujeito, mesmo sem ter AE.

Embora essa demonstração contribua decisivamente para comprovar a existência de uma classe de verbos inacusativos, ela não é diretamente aplicável a verbos que selecionam um DP como argumento. Quando um verbo seleciona apenas um DP, esse vai acabar na posição de sujeito, o que não permite diretamente saber se se trata do AI ou do AE. Felizmente existem outros processos que permitem deduzir a inacusatividade de verbos que selecionam apenas um DP. Em 2.1; 2.2 e 2.3, aplicamos alguns desses processos ao PB, de modo paralelo ao que Eliseu (1984) faz para o português europeu (PE), mostrando que os verbos afetados por alguns deles são inacusativos.

2.1 O participípio

Os verbos distinguem dois tipos de argumentos na sua estrutura lexical: o AE e o AI. O primeiro é identificado como aquele que vai ocupar a posição Spec IP, e pode exercer a função temática típica do Agente. O segundo é realizado sintaticamente dentro do VP, e não pode exercer a função temática típica do Agente. Essa característica da estrutura argumental dos verbos pode ser detectada por determinados processos, como a formação do participípio¹.

2.1.1 Participípio absoluto

Nas construções de participípio, o argumento que se mantém é o AI. Quando se trata de verbos transitivos, o participípio tem valor passivo, o que mostra que o argumento preservado é o AI. Como o participípio absoluto é possível também com verbos inacusativos, somos levados a concluir que o argumento preservado é de fato o AI. As sentenças (10a) e (10b) ilustram esse fato. Por sua vez, a agramaticalidade de (10c) mostra que os *atletas* não pode ser considerado AI do verbo *correr*.

- (10) a. *Lidos* os livros, eles foram arquivados
 b. *Crescidos* os filhos, eles tomaram juízo
 c. **Corridos* os atletas, eles descansaram

As construções de participípio absoluto concorrem diretamente para mostrar que a classe dos verbos monoargumentais engloba duas subclasses

¹ Essa propriedade é típica apenas do participípio passivo de verbos transitivos, não do participípio que forma os tempos compostos na voz ativa (*João tem caminhado*), que não será tratado aqui.

distintas segundo selecionam ou não um AI: verbos intransitivos selecionam AE, enquanto verbos inacusativos selecionam AI.

2.1.2 Particípio passado com valor de adjetivo

A forma particípio passado de verbos inacusativos e transitivos pode ter valor de adjetivo e ocorrer com função predicativa ou atributiva, como mostram (11) e (12):

(11) a. O filho está *crescido*

b. A calha está *consertada*

(12) a. Filho *crescido* tem juízo

b. Calha *consertada* não goteja

Crescido deriva de verbo inacusativo e *consertada* deriva de verbo transitivo. (11) e (12) mostram que, quando se trata dos verbos *consertar* e (*cre*scer, *calha* e *filho* são AIs.

A predição que se pode fazer a partir de (11) e (12) é que um verbo intransitivo não pode ocorrer no particípio passado nesse tipo de construção, em função predicativa ou atributiva:

(13) a. *Os clientes estão *telefonados*

b. *Os clientes *telefonados* foram atendidos

A agramaticalidade de (13) se deve ao fato de que um verbo como *telefonar* não seleciona AI, e o argumento que figura nas construções de participio deve ser o AI.

A seção 2.1. procurou mostrar que a possibilidade que alguns verbos monoargumentais do PB têm de assumirem a forma do participio em emprego absoluto, atributivo e predicativo constitui uma evidência da existência de verbos inacusativos no PB.

2.2 Os nominais em [-or]

O processo lexical de formação de nominais em [-or] é mais um processo que pode evidenciar as propriedades temáticas dos verbos envolvidos. Esse processo indica que o verbo primitivo tem na sua grade temática um papel temático Agente. Como mostra (14), a derivação de nominais em [-or] forma nomes como *escritor* e *trabalhador* a partir de verbos como *escrever* e *trabalhar*.

(14) escrever → escritor

trabalhar → trabalhador

Entende-se esse estado de coisas se considerarmos que [-or] é um sufixo que pode valer pelo Agente, e Agente é o papel temático típico de AE. Logo, esse sufixo só pode ser afixado a verbos que podem selecionar um AE, como *escrever* e *trabalhar* em (14). Um verbo inacusativo como *chegar*, por exemplo, não pode derivar um nominal pelo acréscimo do sufixo [-or]:

(15) chegar → *chegador

A impossibilidade de formar *chegador* a partir de *chegar* se deve ao fato de que *chegar* não tem em sua grade temática um Agente, portanto, um AE. Assim, *chegar* e *trabalhar* devem pertencer a classes verbais diferentes

Quando o nome derivado figura como predicado de uma SC, ele só pode ser aplicado a um DP com papel temático Agente, como ilustra (16):

- (16) a. João_i é [_{SC} t_i escritor]
 b. João_i é [_{SC} t_i trabalhador]
 c. *João_i é [_{SC} t_i chegador]

Um nominal derivado de transitivos como *escrever* (16a) ou de intransitivos como *trabalhar* (16b) pode aparecer como predicado de uma SC e atribuir papel temático Agente ao DP que vai acabar como sujeito da sentença. Por sua vez, (16c) mostra que tal não acontece com o nominal derivado de *chegar*.

Se a formação de nominais em [-or] é uma prerrogativa de verbos que selecionam um argumento agentivo, então por que não se pode formar *viajador* a partir de *viajar*, que é um verbo intransitivo que seleciona um AE agentivo? Essa impossibilidade pode ser explicada a partir da hipótese do bloqueio (Aronoff, 1976; *apud* Spencer, 1991): a impossibilidade de derivar *viajador* a partir de *viajar* se deve ao fato de que já está disponível no léxico o vocábulo *viajante*.

Como diz Mattoso Camara Jr. (1970), a flexão constitui uma relação fechada, ao passo que a derivação constitui uma relação aberta. Isso quer dizer que, ao contrário dos processos flexivos, que são regulares e podem ser exaustivamente descritos, os processos derivacionais não são sistemáticos e não podem ser completamente previstos

O fato de existir *viajante* em lugar de *viajador* (e de não existir *chegante*) serve para corroborar o teste que estamos apresentando, já que [-ante], assim como [-or], é também um sufixo que pode valer pelo agente. O esperado, então, é que *viajante* possa figurar como predicado de uma SC associado a um DP que vai acabar como o sujeito da sentença:

(17) João_i é [_{SC} t_i viajante]

Apesar de a aplicabilidade do teste da formação de nominais em [-or] estar restrita a certos casos, mostramos aqui que a possibilidade de derivar um nominal em [-or] indica que o verbo primitivo não pode ser inacusativo.

2.3 As alternâncias

2.3.1 Alternância AVB→BV

Uma peculiaridade de alguns verbos é a possibilidade de se alternarem entre duas estruturas argumentais: uma em que selecionam dois argumentos (AVB); outra em que selecionam um só (BV) (Burzio, 1986: 25). Nesse par, V vale por um verbo; A e B são DPs (AE e AI, respectivamente); e → indica a direção do processo. (18) exemplifica um verbo desse tipo:

- (18) a. José quebrou o vidro
 b. O vidro (se) quebrou

As sentenças de (18) variam conforme a estrutura argumental do verbo envolvido e o caso dos DPs selecionados. Em (18a) o verbo tem estrutura transitiva do tipo AVB; e em (18b) tem estrutura inacusativa do tipo BV. O argumento *o vidro* tem caso acusativo em (18a), e caso nominativo em (18b).

Apesar de ter casos diferentes nas sentenças em que aparece, *o vidro* deve ser considerado AI tanto em (18a) quanto em (18b), já que a relação temática que esse DP mantém com o verbo é basicamente a mesma em ambas as sentenças. Se pudermos inferir que uma mesma relação temática entre um verbo e seu argumento se expressa da mesma maneira², então esse deve ser o caso para *o vidro* em (18).

O acréscimo de advérbios como *voluntariamente* à sentença de (18b) forma (19) e torna evidente que *o vidro* não tem características de AE:

- (19) *O vidro (se) quebrou voluntariamente

Advérbios como o de (19) podem aparecer apenas em sentenças em que está presente um argumento com função temática agentiva, própria de AE. (19) é agramatical porque *o vidro* é AI, que não pode jamais ser Agente.

A alternância do tipo AVB→BV não se estende a todo tipo de verbo transitivo, como vemos em (20):

² Cf. Baker (1988).

- (20) a. José comeu o bolo
 b. *O bolo comeu

Ao contrário de *quebrar* em (18), *comer* em (20) não pode preservar o AI em prejuízo do AE.

Zubizarreta (1985: 259-260) mostra que apenas verbos transitivos semanticamente causativos toleram a alternância AVB→BV, isto é, podem sofrer anticausativização: um processo que impede que o AE seja explicitado foneticamente³. Esses são verbos do tipo de *quebrar* (18) e *afundar* (21), mas não verbos do tipo de *comer* (20) e *varrer* (22):

- (21) a. José afundou o navio
 b. José fez o navio (se) afundar
- (22) a. José varreu o pátio
 b. *José fez o pátio se varrer

Verbos como *quebrar* (18) e *afundar* (21), mas não verbos como *comer* (20) e *varrer* (22), podem se alternar no par AVB→BV, pois são semanticamente causativos. Conforme Dubois *et alii* (1991: 103-102), verbos causativos

³ Conforme Zubizarreta (1985: 260), o processo inverso à anticausativização é a causativização. Em PB, por exemplo, um verbo derivado de *moderna* pelo acréscimo do sufixo [-izar] internaliza o sujeito, *a cidade* em (ia), e acrescenta um AE agentivo (*o arquiteto* em (ib)) à sentença:

- (i) a. A cidade é moderna
 b. O arquiteto modernizou a cidade

indicam mudança de estado ou início de ação, e expressam o fato de o sujeito do verbo causar a realização da ação, sem realizá-la propriamente⁴.

Em algumas línguas como o francês e o PE, a alternância AVB→BV é marcada pelo clítico *se*:

- (23) a. Pierre a brisé la glace
 "Pedro quebrou a vidraça"
 b. La glace s'est brisée
 "A vidraça quebrou"

- (24) a. Pedro quebrou o vaso
 b. O vaso quebrou-se

Como mostram (23b) do francês e (24b) do PE⁵, o clítico *se* aparece quando o AE não está mais presente na sentença.

No PB, alguns verbos aceitam mas não exigem a presença do clítico *se*, como em (18b) e (21b); enquanto que outros não admitem a sua presença:

- (25) a. O governo aumentou os impostos
 b. os impostos (*se) aumentaram

⁴ Para maiores detalhes sobre *verbos causativos*, ver Dubois *et alli* (1991: 103-102) e capítulo 3 desta tese.

⁵ O dado do PE é de Eliseu (1984: 18-21).

Parece que o PB admite a presença do clítico junto de verbos que exigem a sua presença no PE (compare (18b) do PB com (24b) do PE); e não aceita o clítico junto dos verbos que também não o aceitam no PE, como *aumentar* em (25b)⁶.

Em suma, nesta seção, vimos que a possibilidade de alternância no par AVB→BV é um indício a mais para nossa tese de que se deve manter a subclasse dos verbos intransitivos e a dos inacusativos em PB. Na estrutura monoargumental BV, o argumento envolvido é o AI e, se levamos isso em consideração, a explicação para os fatos relacionados à inacusatividade segue-se naturalmente.

2.3.2 Alternância AVB→AV

Outra alternância que evidencia as características argumentais dos verbos, é a alternância AVB→AV. Esse processo mostra que o argumento que se mantém é o AE (A), e que o verbo em questão é intransitivo:

- (26)
- a. João lê livros todos os dias
 - b. João lê todos os dias
 - c. *O livro lê todos os dias
 - d. João sussurrou um segredo para Maria
 - e. João sussurrou para Maria
 - f. *Um segredo sussurrou para Maria

⁶ Conforme Eliseu (1984: 19), um verbo como *aumentar* também não aceita o clítico em PE

As sentenças gramaticais de (26) variam conforme a estrutura argumental do verbo envolvido. Em (26a, d) o verbo tem estrutura transitiva do tipo AVB; e em (26b, e) tem estrutura intransitiva do tipo AV. O argumento que se mantém em (26b, e) é o equivalente ao AE das sentenças transitivas em (26a, d), o *João*, que tem nominativo em todas as sentenças em que aparece.

A agramaticalidade de (26c, f) mostra que o argumento que pode ser detematizado na alternância AVB→AV é o AI e não o AE. Verbos transitivos como os de (26), ao contrário dos de (18), apresentam uma contraparte intransitiva, e não inacusativa. A existência de verbos que podem se alternar no par AVB→AV é mais uma indicação de que devemos manter a distinção entre duas subclasses de verbos monoargumentais no PB. Se o argumento que se mantém no par AV é sempre o AE, então o processo que permite tornar um verbo de dois argumentos em um verbo de um argumento apenas contribui para mantermos as duas subclasses de verbos monoargumentais: quando o AE é preservado temos versões intransitivas de verbos transitivos; e quando o AI é preservado, temos versões inacusativas.

2.3.3 Alternância VB(PA)→AVB

A terceira alternância relevante para sustentar a subclassificação dos monoargumentais em intransitivos e inacusativos no PB é a que vamos identificar como o par VB(PA)→AVB (em que PA é um PP que contém um DP=A), como vemos em (27):

- (27) a. Cabe muita gente na Belina
 b. A Belina cabe muita gente
 c. Cresceu o dentinho do nenê
 d. O nenê cresceu o dentinho

A alternância consiste em promover o PP, que é transformado em DP, talvez para Spec IP⁷.

O alçamento do DP que deriva as sentenças AVB em (27b, d) somente pode acontecer se o verbo em questão não selecionar AE. Essa restrição nos leva a presumir que os verbos que podem se alternar no par VB(PA)→AVB são inacusativos.

Galves (1998) também admite que há movimento em sentenças do tipo de (27b, d). Ela assume que o argumento A do par AVB está numa relação Spec-núcleo com a categoria Pessoa (uma categoria funcional paralela a IP. Para mais detalhes, ver Galves, 1998).

A alternância no par VB(PA)→AVB é mais um indicio de que devemos manter a distinção intransitivo/inacusativo, pois ela ocorre apenas com inacusativos, nunca com transitivos ou intransitivos.

⁷ Galves (1998) observa que o DP que precede o verbo nas estruturas "pseudo-transitivas" de (27b, d) pode ser interpretado ou como locativo (*A Belina* (27b)) ou como o todo do qual o DP pós-verbal faz parte (*O nenê* (27d)). Ela diferencia esses DPs, aos quais chama de "tópicos sujeitos", daqueles que aparecem em construções com pronomes lembretes pela possibilidade ou não de a concordância se estabelecer:

- (i) a. Estas casas batem muito sol
 b. *Estas casas batem muito sol nelas
 (ii) a. Este carro, cabem muitas pessoas nele
 b. ?Este carro cabem muitas pessoas

Em (i) e (ii), a presença do pronome lembrete e a concordância estão em distribuição complementar: DP anteposto e verbo podem concordar somente em estruturas de tópico sujeito (ia), DP posposto e verbo concordam apenas em estruturas com pronome lembrete (iia).

A seção 2.3. mostrou três alternâncias que nos ajudam a diferenciar inacusativos de intransitivos do PB. Na alternância AVB→BV, o argumento que se mantém no par BV é o AI, e o resultado desse processo é uma estrutura inacusativa; no processo AVB→AV, o argumento que se mantém no par AV é o AE, e o resultado dessa alternância é uma estrutura intransitiva; por fim, a alternância VB(PA)→AVB mostrou que os verbos que podem sofrer esse processo não podem ter AE e, por isso, devem ser inacusativos.

3. Conclusão

O objetivo deste capítulo foi encontrar evidências para sustentar a subclassificação dos verbos monoargumentais do PB em intransitivos e inacusativos. Apesar de o PB não possuir marcas explícitas (como o italiano) que nos auxiliem a manter essa subdivisão, possui alguns processos que evidenciam as características inacusativas de um conjunto de verbos.

Um desses processos é a formação de participio, que permite uma caracterização satisfatória da estrutura argumental dos verbos do PB. Dado que o argumento que ocorre em tais construções é o AI, esse processo pode ocorrer apenas com verbos transitivos e inacusativos.

Outro processo é a formação de nominais em [-or]. Se [-or] é um sufixo que pode valer pelo Agente, e Agente é o papel temático típico de AE, então esse sufixo só pode ser afixado a verbos que podem selecionar um AE na sua grade temática. Verbos que não têm AE não podem servir de primitivos para derivar nominais em [-or].

Por fim, mostramos algumas alternâncias que evidenciam a presença/ausência de AE na sentença:

- (i) na alternância AVB→BV, o argumento que se mantém no par BV é o AI: esse processo cria inacusativos a partir de transitivos causativos;
- (ii) na alternância AVB→AV, o argumento que se mantém no par AV é o AE: o resultado desse processo é que o verbo vai ter estrutura intransitiva;
- (iii) o processo envolvido na alternância VB(PA)→AVB consiste em promover o PP talvez para Spec IP: esse processo ocorre apenas com verbos que não têm AE.

Capítulo II

Os Verbos Inacusativos

0. Introdução

1. Verbos monoargumentais

2. Verbos inacusativos que selecionam DP

2.1 Verbos existenciais

2.2 Verbos não-existenciais

3. Verbos inacusativos que não selecionam DP

3.1 Verbos que selecionam CP

3.2 Verbos que não selecionam CP

4. Conclusão

0. Introdução

No capítulo anterior, procuramos mostrar que o PB possui duas classes de verbos monoargumentais, mesmo apresentando evidências menos robustas que outras línguas como o italiano para levar a essa conclusão: a dos intransitivos e a dos inacusativos. Neste capítulo e no seguinte, vamos identificar os verbos inacusativos e procurar distribuí-los em classes de acordo com particularidades de seu comportamento.

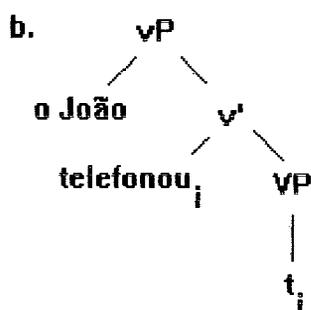
Vamos mostrar que é possível separar os inacusativos em duas grandes classes. Uma delas é a classe dos inacusativos que vamos chamar de primitivos, composta de verbos que só podem ter um AI; e a outra é a classe dos inacusativos que vamos chamar de derivados, pois derivam de verbos que apresentam uma estrutura transitiva por meio da supressão do

AE. A primeira classe será descrita neste capítulo, e a segunda será descrita no capítulo seguinte.

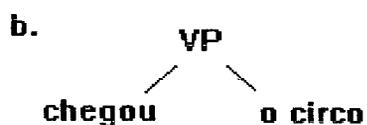
1. Verbos monoargumentais

Os verbos monoargumentais do PB compõem duas categorias distintas: a dos intransitivos e a dos inacusativos. Podemos representar essas duas categorias verbais como em (1) e (2), respectivamente:

(1) a. O João telefonou



(2) a. O circo chegou



(1) mostra a estrutura de um verbo intransitivo, que seleciona um argumento, o *João*, no especificador de *vP*. (2) representa a estrutura de um verbo inacusativo, em que o argumento único, o *circo*, aparece na posição de complemento de *VP*¹.

¹ Conforme Raposo (1999: 255, nota 21), o complemento é a categoria irmã do núcleo V, independentemente de ser projetado à direita ou à esquerda do verbo (a ordem em que os DPs são projetados é irrelevante nessa versão da teoria; ver Chomsky, 1995: 172).

(1) mostra também a estrutura oracional² assumida para o VP: uma estrutura complexa, formada por um VP lexical, que é selecionado por um vP abstrato e de natureza afixal. É a natureza afixal do verbo abstrato que exige a adjunção do verbo lexical ao núcleo v.

A representação que estamos propondo para os verbos intransitivos segue Chomsky (1995: 241-248), que assume Hale & Keyser (1993). Conforme Chomsky (1995), os intransitivos são transitivos "mascarados"; isto é, são implicitamente transitivos, pois podem equivaler a um complexo [V+AI] que formaria o VP, como em (3):

(3) a. João mentiu

b. João disse mentiras

A possibilidade de parafrasear (3a) como (3b) seria um indício de que os verbos intransitivos são formados a partir da incorporação de um objeto lexical (ou nulo) ao verbo. Em (4a), temos o VP que resulta da combinação de *disse* com *mentiras*. Depois da incorporação do objeto ao verbo, temos um VP equivalente, mas agora composto de apenas o verbo *mentiu*. Em seguida, como mostra (4b), o VP se combina com v e projeta v', que se combina com o especificador *João* e projeta o VP:

² Segundo Larson (1988), o VP possui uma estrutura oracional em que um verbo leve seleciona um verbo lexical. O AE ocupa o especificador do verbo leve e os AIs ocupam as posições de especificador e complemento do verbo lexical. Numa construção dativa do inglês como *John sent a letter to Mary*, por exemplo, o VP oracional projeta *John* no especificado do VP mais alto; *a letter* no especificador do VP mais baixo e *to Mary* na posição de complemento do VP mais baixo.



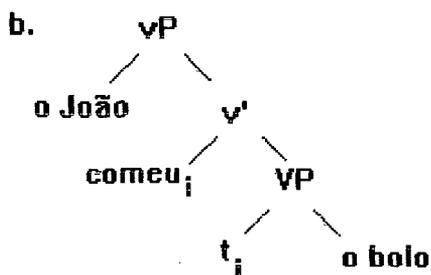
Dessa forma, como [*disse mentiras*] é um VP e como equivale a *mentiu*, podemos dizer que *mentiu* é um VP que se combina com um verbo abstrato para projetar um argumento agentivo no seu especificador. Como a possibilidade de projetar um argumento agentivo não está disponível para um inacusativo, a sua representação se limita ao VP, isto é, à projeção máxima do verbo formada por ele e seu AI.

Para a análise do VP oracional pode ser adotada a hipótese de atribuição temática uniforme (*Uniform Theta Assignment Hypothesis*, ou UTAH), de Baker (1988). Se assumirmos que a estrutura temática e a estrutura sintática dos verbos estão uniformemente correlacionadas, então argumentos que desempenham a mesma função temática com respeito a um dado predicador ocupam a mesma posição. Em (1), que mostra um verbo intransitivo, o argumento agentivo *o João* é projetado no vP mais alto; em (2), que representa um verbo inacusativo, o argumento não agentivo *o circo* é projetado no VP mais baixo³.

Numa estrutura transitiva, o argumento agentivo deve continuar aparecendo dentro do vP mais alto, e o(s) DP(s) não agentivo(s), dentro do VP lexical:

³Essa proposta está de acordo com Chomsky (1995: 315), quando assume que “os argumentos internos ocupam as posições de especificador e complemento de V. O argumento externo não pode ser mais baixo que [Spec, v]”. Sempre que nos referirmos à posição de AE, estaremos nos referindo à

(5) a. O João comeu o bolo



Em (5), que mostra um verbo transitivo, o argumento Agente (*o João*) é projetado no especificador de vP, e o argumento Tema (*o bolo*) aparece no VP lexical. Para respeitar a UTAH, devemos continuar sempre projetando o argumento Tema no VP lexical.

Voltando às representações em (1) e (2), queremos apontar que elas captam uma restrição temática que opera sobre verbos intransitivos e inacusativos: com verbos intransitivos, um argumento necessariamente [+agentivo] é projetado no especificador de vP; com verbos inacusativos, um argumento que não pode ser [+agentivo] é projetado no VP lexical:

(6) a. A Maria telefonou

b. *O circo telefonou

c. A Maria chegou

d. O circo chegou

Um verbo intransitivo como *telefonar* não aceita como sujeito um argumento não agentivo como *o circo* (6b), pois esse DP não tem as propriedades compatíveis com a posição Spec vP que é própria de argumentos agentivos.

posição de Spec vP; e sempre que nos referirmos à posição de AI, estaremos nos referindo às posições

Outra característica que distingue intransitivos e inacusativos é a categoria do argumento selecionado. O argumento selecionado pelo verbo intransitivo é necessariamente um DP; o argumento selecionado pelo inacusativo não é necessariamente um DP. Essa propriedade dos verbos inacusativos nos permite dividir essa categoria verbal em duas classes: a classe dos que selecionam um AI DP e a classe dos que não selecionam um AI DP.

2. Verbos inacusativos que selecionam DP

Os verbos inacusativos que selecionam somente um DP podem ser subclassificados de acordo com seu comportamento. Observe (7):

- (7) a. Há uns prédios bonitos na minha rua
 b. Apareceram uns prédios bonitos naquela foto
 c. Chegaram uns caras bonitos lá em casa
 d. Floresceu um ipê lá em casa

(7a) mostra um verbo existencial (*haver*); (7b) e (7c), dois verbos apresentativos (*aparecer* e *chegar*); e (7d), um incoativo (*florescer*).

A ordem em que os constituintes podem aparecer na sentença é um fator que diferencia os verbos inacusativos em questão. Como vemos em (7), todos eles licenciam um DP posposto; mas nas sentenças de (8) é mostrado que nem todos permitem que o argumento apareça anteposto⁴:

projetadas no VP lexical.

⁴(7) e (8) mostram sentenças proferidas com entonação contínua, como se estivessem iniciando um discurso, por exemplo. A não ser quando especificado em contrário, todos os dados examinados aqui

- (8) a. *Uns prédios bonitos há na minha rua
 b. Uns prédios bonitos apareceram naquela foto
 c. Uns caras bonitos chegaram lá em casa
 d. Um ipê floresceu já em casa

Como mostra (8a), o existencial *haver*, diferentemente dos demais verbos inacusativos que selecionam DP, cria resistência ao movimento do argumento para Spec AgrP. Essa característica nos leva a separar os verbos inacusativos que selecionam DP em duas classes: a dos verbos existenciais e a dos verbos não-existenciais.

2.1 Verbos existenciais

As sentenças construídas com verbos existenciais caracterizam-se pela função apresentativa, em que o verbo introduz um novo sujeito no discurso (cf. Franchi *et alli*, 1998: 117):

- (9) a. Existem alguns livros velhos naquela biblioteca
 b. Há alguns livros velhos naquela biblioteca
 c. Tem uns livros velhos naquela biblioteca

A função apresentativa dessas sentenças deve-se ao fato de que a posição pós-verbal em que se encontra o DP é própria para receber sintagmas focalizados, que carregam informação nova, ou pelo menos parte da informação nova, como no caso de foco largo.

estarão sendo avaliados com respeito a um contexto neutro, em que as sentenças são proferidas com entonação contínua.

Nos termos de Belletti (1988), o verbo inacusativo perde a capacidade de atribuir⁵ acusativo estrutural, e não a propriedade de atribuir caso inerente (partitivo). Em sentenças como as de (9), por exemplo, o DP indefinido pós-verbal receberia caso inerente dentro do VP. Essa proposta exige que o DP em questão seja indefinido, pois a atribuição de caso inerente se dá juntamente com a atribuição temática. O DP marcado por partitivo vai receber uma leitura indefinida ou “de lista”, submetendo-se ao que a ficou conhecido como *Definiteness Effect*, ou Efeito de Definitude⁶.

Há, contudo, um tipo de construção existencial no PB em que o sujeito aparece antes do verbo, como mostra (11b):

- (10) a. O que existe na tradição popular?
 b. Existe o mau olhado na tradição popular
- (11) a. Onde existe o mau olhado?
 b. O mau olhado existe na tradição popular

Lendo (10b) e (11b) com entonação neutra, se entende que a posposição do DP ao verbo em (10b) indica que esse argumento introduz uma informação nova, como no caso em que responde a pergunta (10a); e que a anteposição

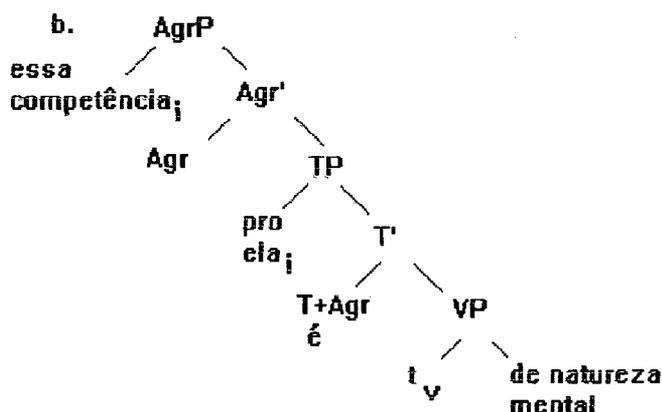
⁵ Em todos os capítulos desta tese, vamos seguir a terminologia adotada em cada versão da teoria Gerativa. Por exemplo, quando estivermos mencionando análises construídas de acordo com a teoria da Regência e Ligação, vamos falar em *atribuição* de caso, e em IP como a projeção máxima de uma categoria funcional nucleada pela flexão; quando mencionarmos análises minimalistas (Chomsky, 1995; por exemplo), vamos falar em *checagem* de traços de caso, e assumir AgrP (ou apenas TP) como a projeção máxima de uma categoria funcional cujo núcleo é a flexão.

⁶ Conforme Belletti (1988), o verbo inacusativo atribui caso partitivo ao DP que se encontra na posição de argumento interno. Por se tratar de um caso inerente, a marcação casual ocorre juntamente com a marcação temática, na Estrutura Profunda. Lasnik (1999) sustenta a tese da checagem de caso partitivo pelo verbo inacusativo, contudo assume que esse é um caso estrutural. A checagem do caso

do DP em (11b) mostra que esse argumento está veiculando informação velha, já presente na pergunta (11a). Vamos assumir que o DP anteposto em (11b) está em Spec AgrP.

Um argumento a favor da hipótese de que o DP anteposto ao verbo em (11b) está em Spec AgrP, e não na periferia da sentença, pode ser encontrado em Galves (1993). Segundo a autora, a categoria AgrP que domina TP é responsável por uma posição sujeito suplementar no PB. Essa proposta explica os fenômenos típicos de língua orientada para o tópico encontrados no PB, como mostra (12):

(12) a. Essa competência ela é de natureza mental



O enfraquecimento da flexão do PB⁷ faz com que “o sujeito, no sentido tradicional do termo (*ela* em (12)), se encontre numa posição mais baixa

partitivo estrutural aconteceria em LF, no especificador de Agro, da mesma forma que o nominativo é checado no especificador de Agrs. Para maiores detalhes, ver o capítulo 4 desta tese.

⁷Segundo Galves (1993), o elemento de concordância na flexão do PB é fraco, pois não contém pessoa. Dito de outro modo, na flexão verbal do PB não há oposição de 1ª, 2ª e 3ª pessoa, “mas apenas uma oposição binária: pessoa (1ª)/ não pessoa (3ª), articulada a uma oposição singular/plural” (Galves, 1993: 395), como mostra (i):

- (i)
- | | | | |
|----|---------------|---------|----------------------|
| a. | (eu) | falo | (+ pessoa, - número) |
| b. | (você, ele) | fala | (- pessoa, - número) |
| c. | (nós) | falamos | (+ pessoa, + número) |
| d. | (eles, vocês) | falam | (- pessoa, + número) |

(Spec TP) do que numa língua de concordância forte” (cf. Galves, 1993: 398). Em línguas de concordância forte (italiano ou PE, por exemplo), o sujeito recebe nominativo em Spec AgrP, onde se encontra o DP essa *competência* em (12b). Uma vez que no PB o verbo não necessita subir para o núcleo Agr, pois encontra em T todos os seus elementos flexionais, o sujeito (*ela*) recebe nominativo na posição de especificador de TP. Dessa forma, o especificador de AgrP pode abrigar um outro DP, que é interpretado como sujeito.

A análise apresentada explica (11b) e a variação em (13):

- (13) a. O mau olhado_i ele_i existe
 b. O mau olhado_i ∅_i existe

(13) mostra que a posição Spec TP pode ser preenchida ou por pronome (*ele* (13a)) ou por um *pro* (13b); e mostra também que o DP *o mau olhado* está em Spec AgrP.

Dando uma atenção especial ao verbo *ter*, vemos que ele é o que mais aparece em sentenças existenciais do PB (cf. Viotti, 1999: 5; e também Franchi *et alii*: 1998: 106), e que esse é o único verbo que pode figurar em uma estrutura que aparenta ter dois argumentos:

- (14) a. Tem um mosquito no quarto
 b. O quarto tem um mosquito

Em (1b, d), a não distinção entre 2ª e 3ª pessoas enfraquece o paradigma pronominal do PB. Esse enfraquecimento torna a concordância verbal semântica e morfologicamente fraca, dada a possibilidade de interpretar a 3ª pessoa do singular como indeterminada, e dada a ausência de 2ª pessoa (*falas, falais*).

Com base em dados como os de (14), Viotti (1999) assume uma única entrada lexical para *ter*, tanto em sentenças existenciais (14a), quanto em sentenças não tão claramente existenciais como (14b).

O elemento de natureza iocativo-temporal das sentenças existenciais (que aparece como o PP *no quarto* em (14a)) é analisado “como o argumento externo de *ter*, que foi sombreado (ou se tornou *default*) e foi realizado como um adjunto à projeção máxima do verbo” (Viotti, 1999: 159). A hipótese é que o argumento único de *ter* existencial checa acusativo no domínio de checagem do verbo.

Observe, contudo, a semelhança entre as construções em (14) e as sentenças mostradas em (15):

- (15) a. Dá banana no meu sítio
b. O meu sítio dá banana

(15b) foi gerada a partir do movimento do PP locativo *no meu sítio* (como um DP) para Spec AgrP. A semelhança entre (15b) e (14b) nos permite assumir que (14b) também foi gerada a partir do movimento do PP *no quarto* para Spec AgrsP. Essa análise leva em conta que as sentenças existenciais do tipo de (14a) são construções inacusativas, e, como tais, são formadas com um verbo que não pode selecionar um AI que vai ter caso acusativo.

Outra particularidade de *ter* é que esse é o único verbo dentre os existenciais que permite o alçamento do PP locativo (como um DP) para

Spec AgrP⁸, como mostra o contraste entre (14b) e (16b):

- (16) a. Há/Existe um homem no jardim
 b. *O jardim há/existe um homem

A agramaticalidade de (16b) mostra que *haver* e *existir* não permitem o alçamento do PP *no jardim* para Spec AgrP.

Por sua vez, *existir* permite o alçamento do AI, como mostrou (11b), coisa que nem *haver* nem *ter* permitem; e, além disso, *haver* não permite o alçamento nem do PP, nem do AI, como mostraram (16b) e (8a). Uma explicação para a diferença entre *ter* e *haver*⁹ pode ser creditada ao fato de que a versão “transitiva” de *ter* (mostrada em (14b)) é uma formação recente na sintaxe; como o verbo *haver* praticamente desapareceu, ele não sofreu a mudança que permite alçar o PP (como um DP) para Spec AgrP.

Uma explicação para a diferença entre *ter* e *existir* pode ser creditada ao fato de o primeiro ter características de um verbo funcional (ou *light*), características não detectáveis em um verbo lexical como *existir*. *Existir* atribui papel temático ao argumento que seleciona; *ter* se comporta como um verbo funcional, pois parece não atribuir papel temático ao argumento que seleciona.

⁸ Comparando o PB e o inglês, vemos que *ter* não permite o alçamento do DP associado, mas *there to be* permite:

- (i) a. There is a bug in the bedroom
 b. A bug is in the bedroom
 (ii) a. Tem um mosquito no quarto
 b. *Um mosquito tem no quarto

A sugestão de Mioto (comunicação pessoal) é que a agramaticalidade (iib) pode ser explicada em termos lexicais. A hipótese é que *ter* (existencial) incorpora já no léxico o expletivo; isto é, esse verbo corresponde a *there+to be*. Note-se que o item verbal do inglês é *to be = ser*, mas no PB o item é *ter ≠ ser*. A idéia é que o EPP é checado por *ter* com o expletivo incorporado, o que proíbe o alçamento do associado.

Segundo Viotti (1999: 140-141), “quaisquer restrições que porventura ocorram nas sentenças construídas com esse verbo [ter] são causadas pelo produto da composição de outros itens lexicais com *ter*”. Ela mostra que verbos leves como *ter* não estabelecem restrição seletiva quanto ao tipo de seus argumentos. A estranheza de uma sentença como (17)

(17) A cama tinha os papéis

se deve à incompatibilidade entre *papéis* e *cama*. Mesmo assim, essa estranheza desaparece se criamos um contexto mais abrangente ou se inserimos outros itens lexicais no processo de composição:

(18) Era impossível deitar porque as duas camas tinham aqueles papéis todos do imposto de renda espalhados... A bagunça era tremenda!

A predicação entre *aqueles papéis todos do imposto de renda* e *as duas camas* em (18) é mais aceitável que aquela entre *cama* e *papéis* verificada em (17); além disso, o acréscimo de *espalhados* em (18) torna essa sentença gramatical. Como mostra Viotti (1999), *ter* é um verbo funcional, um item lexical subespecificado para o complemento.

Resta examinar mais uma particularidade das construções existenciais com *ter*, que é a ausência de concordância entre verbo e argumento:

⁹ Observar que no PE o item *ter* com valor existencial parece não ser empregado, esse sendo um uso específico do PB.

- (19) a. Tinha umas abelhas no quarto
 b. *Tinham umas abelhas no quarto

A ausência de concordância entre *ter* e DP mostrada em (19a) é categórica no PB¹⁰. Nascimento (1999) utilizou o *corpus* do Banco de dados do VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul) da Universidade Federal de Santa Catarina para investigar a variação na concordância verbal em estruturas inacusativas com posposição do DP ao verbo. A tabela 1 apresenta a freqüência¹¹, o valor percentual e o peso relativo da aplicação da regra de não concordância com todos os itens pesquisados:

Item Lexical	Freqüência		
	Total/aplicação	%	PR
Ter	38/36	95	.85
Ir/vir	15/13	87	.85
Outros ¹²	7/6	86	.72
Existir	11/9	82	.66
Fazer	6/5	83	.45
Ser	67/34	51	.18

Tabela 1.: itens lexicais e aplicação da regra de não concordância verbal em construções inacusativas com DP posposto.

¹⁰ Com *existir*, a concordância morfológica entre verbo e DP pode ou não se estabelecer:

- (i) a. Existiam umas abelhas no quarto
 b. Existia umas abelhas no quarto

Com *haver*, essa concordância pode aparecer nos casos de hipercorreção:

- (ii) a. Ainda havia abelhas naquela caixa
 b. Ainda haviam abelhas naquela caixa.

¹¹ A freqüência indica o total de dados com determinado item lexical e o total em que houve aplicação da regra definida como ausência de concordância.

¹² Neste fator, incluímos *chegar, morrer, ficar, aparecer, parecer e estar*.

Essa tabela está mostrando que, em 95% das ocorrências de *ter* existencial, não houve concordância entre verbo e DP.

Antes de encerrar a seção, queremos examinar o estatuto do constituinte selecionado pelo verbo existencial. Até aqui assumimos sem discutir que esse constituinte é um DP. Contudo, Nascimento & Kato (1995) propõem que o verbo existencial seleciona uma SC (*small clause* ou mini-orção); e que o sintagma nominal que aparece posposto ao verbo inacusativo, existencial ou não, não recebe caso porque esse sintagma não é um argumento, e sim um predicado. Vamos mostrar que essa análise pode ser questionada com base em dados do espanhol e do PE, que evidenciam que o constituinte selecionado pelo verbo inacusativo tem caso, podendo ser analisado como um DP.

Seguindo Higginbothan (1987; *apud* Nascimento & Kato, 1995: 35), Nascimento & Kato (1995) assumem que a restrição de definitude que pesa sobre o DP posposto ao verbo inacusativo é uma propriedade de predicados. Eles partem de pares como os de (20) e (21) para mostrar que as sentenças copulares (20) apresentam um comportamento paralelo ao comportamento das sentenças com outros verbos inacusativos (21) quanto ao Efeito de Definitude:

- (20) a. The boy is a poet
b. *The boy is the poet

- (21) a. There is an actor in the room
 b. *There is the actor in the room
 c. There arrived a letter
 d. *There arrived the letter
 e. Everybody considers the boy a poet
 f. *Everybody considers the boy the poet

Tanto as sentenças copulares quanto as demais sentenças inacusativas submetem-se ao Efeito de Definitude, pois não permitem que DPs definidos apareçam depois do verbo ((20b) e (21b, d, f)).

Nas construções com cópula, como em (20a), “o NP pós-verbal não é um argumento, não exigindo, conseqüentemente, caso: analisa-se tal NP como uma mini-orção cujo sujeito, para receber caso, é alçado para a orção principal” (cf. Nascimento & Kato, 1995: 35)¹³. Se o constituinte que segue o verbo inacusativo apresenta a mesma restrição de definitude exibida pelo DP que segue a cópula, então aquele constituinte também deve ser analisado como um predicado.

As sentenças inacusativas do PB se estruturariam como mostra (22), em que a posição sujeito da SC (identificada como DP1) está preenchida por uma categoria vazia de natureza adverbial, correspondente a *there* do inglês ou a *y* do francês:

- (22) a. Tem um homem na porta
- b. $[_{IP} \text{Loc. } \theta_i] [_{VP} \text{ter/haver } [_{DP1} [_{DP} t_i]] [_{D'} \text{e } [_{N'} [_{QP} \text{um}]] [_{N'} \text{homem}]]]]]$
 $[[_{PP} [_{DP} t_i]] [_{P'} \text{na porta}]]]]]]]]]]$
- c. $[_{IP} \text{pro}_i [_{I'} \text{Loc. } \theta_i + \text{INFL}]] [_{VP} \text{ter/haver } [_{DP1} [t_i]] [_{D'} [_{D} \text{e}]] [_{N'} [_{QP} \text{um}]]]]]$
 $[[_{N'} \text{homem } [_{PP} [_{DP} t_i]] [_{P'} \text{na porta}]]]]]]]]]]$

Em (22b), Loc. θ tem as propriedades de *there*, não se apresentando como clítico; em (22c), Loc. θ pode se cliticizar, reproduzindo as propriedades de *y* do francês. A hipótese de que o locativo nulo do PB pode se realizar ou como um clítico, tal qual o *y* do francês, ou como um não-clítico, semelhantemente ao *there* do inglês, explicaria a variação mostrada em (23):

- (23) a. Existem vários problemas neste projeto
- b. Existe vários problemas neste projeto

Em (23a), a concordância se dá entre o verbo existencial e o constituinte pós-verbal, paralelamente ao que acontece no inglês; em (23b), a concordância se dá entre o verbo e o expletivo, da mesma forma que no francês.

Quando o nominal selecionado pelo verbo inacusativo é definido, a análise não sofre alterações:

¹³ Nascimento & Kato (1995) lembram que as orações equativas do tipo *O Paulo é meu amigo*, em que os DPs são intercambiáveis, devem receber, certamente, uma análise diferente da análise proposta para as sentenças copulares.

- (24) a. Chegaram as cartas
 b. Chegou as cartas

Essas sentenças teriam “uma interpretação específica, próxima de *o que chegou foram/foi as cartas*”; pois existe “um acento típico de foco em *as cartas* (acento contrastivo)” (cf. Nascimento & Kato, 1995: 58). Essa interpretação permitiria que analisássemos esse constituinte como uma SC.

A proposta é estendida para todos os verbos inacusativos do PB. A posição pós-verbal do DP que aparece no constituinte selecionado pelo verbo inacusativo é analisada como uma propriedade da natureza predicativa desse constituinte: se o DP não precisa de caso, então ele não vai se mover. Há, contudo, dados empíricos de outras línguas que atestam que o DP posposto ao verbo inacusativo precisa receber caso, como mostram (25a) do PE e (25b) do espanhol¹⁴:

- (25) a. Aquele tipo de laranja, há-o na minha chácara
 b. Cerveza sin alcohol. La hay?

O PE e o espanhol mostram que o nominal pós-verbal recebe caso: *o* em (25a) e *la* em (25b) são pronomes acusativos¹⁵.

As sentenças de (25) não são consideradas um contra-argumento à tese defendida, pois Nascimento & Kato (1995: 41) lembram que pronomes clíticos acusativos não são prerrogativas de DPs referenciais objetos. Os

¹⁴ (25a, b) são exemplos de Viotti (1999: 168).

¹⁵ Observe que (25a) é uma sentença agramatical no PB; ao menos no PB, *haber* não pode ser seguido de um argumento acusativo.

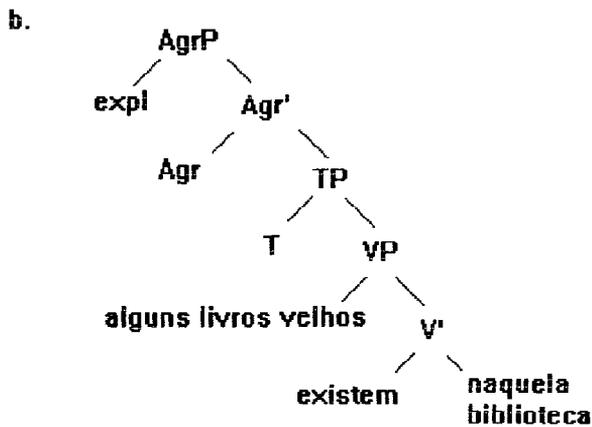
pronomes clíticos podem ocorrer como uma proforma [+N] que retoma uma proposição:

- (26) a. Fernanda disse que Maria viajou?
 b. Disse-o [o=que Maria viajou]
 c. Pensei que você era calmo
 d. Não. Não o sou [o=*pro* calmo]

Clíticos que retomam proposições não são marcados em gênero e número. Esse pode ser o caso dos clíticos em (26), mas não em (25). Ao menos em (25b), do espanhol, pode-se ver claramente que o clítico *la* carrega marcas de concordância com o nominal *cerveza sin alcohol*. Por essa razão, vamos continuar assumindo que o argumento selecionado pelo verbo inacusativo é um DP, e que esse DP deve checar traços de caso contra alguma projeção funcional.

Nesta altura, podemos representar a estrutura das sentenças existenciais do PB. Assumindo que o verbo existencial seleciona um DP, uma sentença como (9a), repetida em (27a), pode ser representada como mostra (27b):

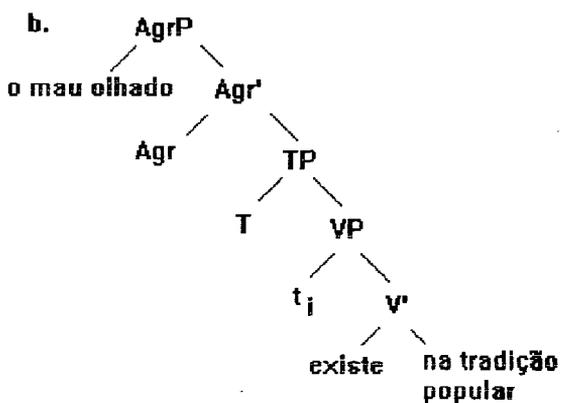
(27) a. Existem alguns livros velhos naquela biblioteca



(27b) indica que *alguns livros velhos* é projetado no VP, e mostra também que a inserção de um expletivo em Spec AgrP satisfaz EPP.

Uma estrutura em que há alçamento do DP, como a de (11b), repetida em (28a), pode ser representada como em (28b):

(28) a. O mau olhado existe na tradição popular



(28b) mostra que o DP *o mau olhado* se move para Spec AgrP.

As representações em (27b) e (28b) indicam que as sentenças em (27a) e (28a) não são comparáveis, pois a Numeração¹⁶ da primeira contém um elemento a mais que a da segunda, um expletivo que é inserido em Spec AgrP. A inserção do expletivo satisfaz EPP e indica que o DP *alguns livros velhos* não pode mais se mover (em sintaxe visível) para Spec AgrP, pois essa posição não está mais disponível para o DP.

Nesta seção, mostramos que os verbos existenciais do PB são inacusativos que selecionam DP. Mostramos também que *ter* permite o alçamento do PP; *existir* permite o alçamento do Ai; e *haver* não permite o alçamento nem do PP, nem do Ai. Quando não há alçamento do DP para a posição pré-verbal, assume-se a inserção de um expletivo em Spec AgrP; quando o alçamento acontece, o DP alçado checa seus traços relevantes em Spec AgrP.

2.2 Verbos não-existenciais

A outra categoria dos verbos inacusativos que selecionam um DP engloba os verbos que, ao contrário dos existenciais, não criam resistência ao movimento do DP para Spec AgrP. Esses são os verbos apresentativos e os incoativos¹⁷:

¹⁶ Numeração é um conjunto de pares (LI,*i*) em que LI é um item do léxico e *i* é seu índice, entendido como o número de vezes que LI é selecionado para entrar na computação (cf. Chomsky, 1995: 225).

¹⁷ Conforme Dubois *et alii* (1991: 65, 334), um verbo apresentativo serve para apresentar alguém ou algo, para colocá-los em relação com a situação; e um verbo incoativo indica o início da ação ou do processo. Ainda conforme Dubois *et alii* (1991: 334), o aspecto incoativo pode ser expresso de vários modos: pelo sufixo [-*escer*], em *florescer*; por formações parassintéticas como em *avermelhar*; por perífrases formadas de *começar* + *a* + infinitivo; pelo lexema verbal *começar*, *iniciar*.

- (29) a. Apareceram umas caras bonitas naquela foto
 b. Umas caras bonitas apareceram naquela foto
 c. Chegaram umas cartas na minha caixa
 d. Umas cartas chegaram na minha caixa
 e. Floresceram umas azaléias lá em casa
 f. Umas azaléias floresceram lá em casa

O DP selecionado por verbos como *aparecer* (29a, b); *chegar* (29c, d) e *florescer* (29e, f) pode aparecer antes ou depois dos verbos em questão¹⁸.

A representação das sentenças em que o argumento indefinido aparece na posição pós-verbal (29a, c, e) repete aquela mostrada em (27b), em que o DP é projetado pelo VP. A representação das estruturas em que o argumento indefinido (poderia também ser definido) aparece antes do verbo repete aquela mostrada em (28b), em que o DP checa traços de nominativo em Spec AgrP.

Levando em conta que a atribuição temática que acompanha a checagem de caso partitivo faz com que o DP pós-verbal seja indefinido, sentenças como (30) não se comportam da mesma maneira que as de (29a, c, e):

- (30) a. Apareceram as caras bonitas naquela foto
 b. Chegaram as cartas na minha caixa
 c. Floresceram as azaléias lá em casa

¹⁸ Interessante notar que esses verbos, assim como *existir*, não permitem o alçamento do locativo:

(i) a. *Aquela foto apareceu umas caras bonitas

Considere que as sentenças em (30) são proferidas com entonação contínua; a posição pós-verbal dos DPs definidos indica que eles recebem interpretação focalizada. De acordo com Belletti (2001), a interpretação focalizada (ou topicalizada) dos sintagmas pós-verbais está refletida na configuração sintática em que esses DPs estão inseridos.

(31) mostra um dos paradigmas analisados por Belletti (2001):

(31) a. Chi è partito/ha parlato?

“Quem partiu/falou?”

b. È partito/ha parlato Gianni

“Partiu/falou Gianni”

c. ??Gianni è partito/ha parlato

“Gianni partiu/falou”

A marginalidade de (31c) fica por conta da posição pré-verbal em que se encontra *Gianni*, que lhe confere *status* de informação velha. Em (31b), não existe marginalidade porque a posição pós-verbal de *Gianni* é própria para DPs que carregam informação nova (numa sentença proferida com entonação contínua). Uma vez que (31a) pergunta pelo sujeito, (31c) não se caracteriza como uma resposta apropriada.

Com a entonação apropriada, contudo, um DP pós-verbal pode também ser interpretado como informação velha (tópico):

(32) a. Che cosa ha poi fatto Mario?

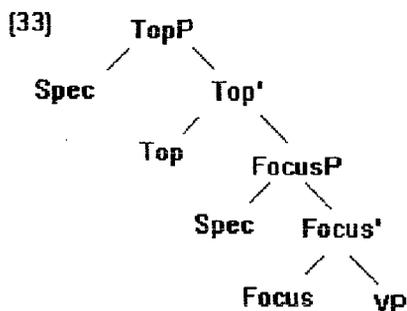
“O que o Mário finalmente fez?”

b. Ha (poi) parlato, Mario

“finalmente falou, o Mário”

Em (32b), mas não em (31b), há uma pausa indicada pela vírgula antes do DP definido. A pausa faz com que esse DP seja interpretado como informação velha.

A proposta de Belletti (2001) é que a interpretação focalizada de *Gianni* em (31b) e a interpretação topicalizada de *Mario* em (32b) estão refletidas na configuração sintática mostrada em (33). Numa estrutura como (33), o DP focalizado (31b) ocupa o especificador de FocusP, e o DP topicalizado (32b) ocupa o especificador de TopP:

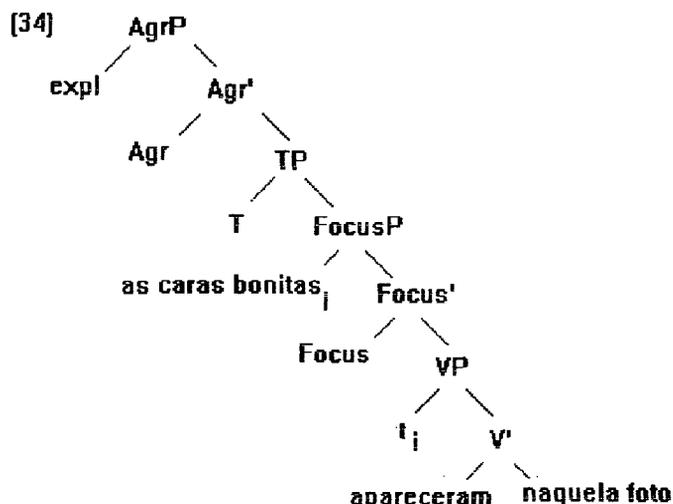


(33) assume que a periferia do VP (interna à sentença) se assemelha à periferia do CP (externa à sentença)¹⁹. Em particular, identifica uma posição FocusP interna à sentença, cercada por posições TopP.

¹⁹ Belletti (2001) está assumindo Rizzi (1997) que cinde a categoria CP em dois subsistemas: um que indica o tipo de sentença (ForceP) e sua finitude (FinP); e outro que indica as articulações entre tópico-comentário (TopP) e foco-suposição (FocusP). Rizzi (1997) mostra que, em italiano, na periferia esquerda da sentença, um constituinte focalizado é marcado por uma entonação mais forte (i), e um constituinte topicalizado é marcado por uma entonação decrescente (ib):

(i) a. A GIANNI ho dato il libro (non a Piero)

Nos termos de Belletti (2001), uma sentença como (30a) pode ser representada como em (34):



(34) mostra que o DP focalizado *as caras bonitas* se encontra em Spec FocusP²⁰.

A possibilidade de a concordância morfológica entre verbo e DP se estabelecer ou não é outra característica que define os verbos inacusativos em questão. Quando o argumento selecionado aparece antes do verbo, a concordância é obrigatória:

“A Gianni eu dei o livro (não ao Piero)”

b. A Gianni, (gli) ho dato il libro

“A Gianni, (a ele) eu dei o livro

O constituinte focalizado em (1a), que está na periferia da sentença, recebe uma interpretação contrastiva como: *ao Gianni, não ao Mario, dei o livro*. O DP focalizado em (31b), interno à sentença, não recebe essa interpretação contrastiva.

²⁰ Essa análise se aplica também a sentenças como (10b), em que o verbo existencial seleciona um DP definido que figura na posição pós-verbal.

- (35) a. *As/umas caras bonitas apareceram* naquela foto
 b. *As/umas caras bonitas *apareceu* naquela foto
 c. *As/umas cartas chegaram* na minha caixa
 d. *As/umas cartas *chegou* na minha caixa
 e. *As/umas azaléias floresceram* lá em casa
 f. *As/umas azaléias *floresceu* lá em casa

Os DPs *as/umas caras bonitas* (35a, b), *as/umas cartas* (35c, d) e *as/umas azaléias* (35e, f) desencadeiam a concordância na posição pré-verbal.

Quando o DP aparece depois do verbo, a concordância não é obrigatória com esse tipo de verbo inacusativo:

- (36) a. *Apareceram as/umas caras bonitas* naquela foto
 b. *Apareceu as /umas caras bonitas* naquela foto
 c. *Chegaram as/umas cartas* na minha caixa
 d. *Chegou as/umas cartas* na minha caixa
 e. *Floresceram as/umas azaléias* lá em casa
 f. *Floresceu as/umas azaléias* lá em casa

Na posição pós-verbal, os DPs *as/umas caras bonitas* (36a, b), *as/umas cartas* (36c, d) e *as/umas azaléias* (36e, f) desencadeiam ou não a concordância verbal.

Nesta seção, mostramos que os verbos inacusativos que selecionam um DP são os verbos existenciais e os verbos não-existenciais (os apresentativos e os incoativos). Os primeiros, mas não os segundos, criam

resistência ao movimento do DP para Spec AgrP. Quando o DP aparece na posição pós-verbal, a inserção de um expletivo em Spec AgrP resulta na focalização do DP; quando o DP aparece antes do verbo, ele checa traços em Spec AgrP.

3. Verbos inacusativos que não selecionam DP

A possibilidade que os verbos inacusativos têm de selecionarem um argumento complexo é uma característica que os distingue dos verbos intransitivos. Tanto intransitivos como inacusativos podem selecionar DP, mas somente inacusativos podem selecionar um argumento que não é DP, como um CP ou uma SC, por exemplo. Nas duas seções seguintes, vamos descrever os inacusativos que selecionam CP e os que selecionam outro tipo de argumento complexo.

3.1 Verbos que selecionam CP

Em (37), *acontece* seleciona um CP:

(37) *Acontece* [_{CP} que o João sumiu]

o João não precisa sair do CP porque as condições necessárias para esse DP checar seu caso estão postas dentro do CP: *o João* vai checar traços de caso contra a flexão de *sumiu*. Se estão presentes todas as condições de licenciamento dentro do CP, então o DP não precisa e, portanto, não pode subir.

A existência de uma categoria máxima como um CP (e um AgrP) entre a flexão de *acontece* e o DP *o João* constitui uma barreira para que o DP cheque traços de nominativo contra a flexão do verbo matriz. independentemente dessa barreira, uma vez que o CP de (37) seleciona uma flexão finita, o DP encontra no especificador de AgrP as condições necessárias para a checagem dos traços relevantes sem precisar sair do CP.

Quando o CP traz um verbo existencial, o DP não precisa sequer se mover para Spec AgrP da sentença encaixada:

(38) Parece que existem camelos no deserto

Camelos aparece depois do verbo encaixado; o que nos permite pensar que esse DP checa partitivo contra o verbo existencial.

3.2 Verbos que não selecionam CP

Existem verbos inacusativos que selecionam um constituinte complexo que tem propriedades diferentes das de um CP, como em (39) e (40):

- (39) a. O Pedro deve cantar
 b. O Pedro **está** cantando
 c. O Pedro tem cantado

- (40) a. O Pedro é feliz
 b. O Pedro está uma fera

Em (39) *dever*, *estar* e *ter* selecionam um verbo no infinitivo, no particípio e no gerúndio respectivamente; em (40) *ser* e *estar* selecionam uma SC²¹. Em todas essas sentenças, o DP *o Pedro* deve se alçar para Spec AgrP²².

(39) são contextos tradicionalmente conhecidos como de apagamento de CP. Nesse contexto, o DP encaixado pode ser alçado para a sentença matriz, pois a ausência de CP permite que o argumento encaixado suba para Spec AgrsP para checar nominativo²³.

Sentença como as de (39) e (40) são formadas a partir da aplicação de duas operações: Combinar e Mover. A primeira operação forma objetos sintáticos; a segunda é determinada pelas propriedades morfológicas da língua, que alça categorias e/ou traços para a checagem (cf. Lopes, 1999: 97).

Em sentenças como as de (39), por exemplo, há, primeiramente, a combinação de um DP com um verbo que pode estar no infinitivo, no gerúndio, ou no particípio; depois disso, esse complexo se combina com o

²¹ A SC selecionada pelo verbo inacusativo pode ter formas diferentes daquela em (40). Em (ia), por exemplo, *parecer* seleciona uma SC do tipo [CP AP]:

(i) a. Parece estranho que a Maria tenha chorado

O AP *estranho* é a informação velha; e o CP é a informação focalizada. Nos termos de Belletti (2001), a informação velha se move para Spec TopP; e a informação nova (o CP) vai para Spec FocusP. Essa análise pode se estender a sentenças como (ib) sem nenhum custo adicional:

(i) b. Não, que a Maria tenha chorado parece piada

Aqui, o CP se move para Spec AgrP, e o AP se move para Spec FocusP, uma posição própria para informação nova. Se o CP de (ib) fosse pronunciado com acento contrastivo, seríamos levados a projetar esse constituinte na periferia da sentença, em consonância com Rizzi (1997)

²² Assumindo que a sentença tem entonação contínua. Numa sentença como *Deve O PEDRO cantar*, *o Pedro* está focalizado não precisa se alçar para a sentença matriz.

²³ Contextos de ECM também são conhecidos como contextos de apagamento de CP. (i) mostra *ver*, um verbo de ECM:

(i) *A Maria me viu cantar*

verbo inacusativo correspondente. A presença de um verbo de alçamento na Numeração define a situação em que o DP deve se mover para checar seu caso; daí o alçamento de *o João* para Spec AgrP

Tomando (39a) como exemplo: a combinação de *O Pedro* com *cantar* projeta *cantar* e forma o objeto *W* que está em (41a):

(41) a $W = \{\text{cantar} \{\text{cantar}, \text{o Pedro}\}\}$

Depois de formado o objeto *W*, o item *deve* é selecionado e combinado a *W*, formando o objeto *Z*, como se vê em (41b):

(41) b. $Z = \{\text{deve} \{\text{cantar} \{\text{cantar}, \text{o Pedro}\}\}\}$

A presença de um verbo de alçamento como *deve* determina a aplicação da operação *Mover* ao objeto *Z*. No programa Minimalista, movimento deve ser entendido como cópia de categorias e/ou traços; isso quer dizer que, ao alçar determinado elemento, gera-se uma cópia desse elemento, “formando uma cadeia de termos (...) distintos pela posição que ocupam na estrutura” (cf. Lopes, 1999: 105-106). Apenas um dos elementos da cadeia é realizado foneticamente, pois suas cópias acabam apagadas no componente fonológico.

A aplicação da operação *Mover* ao objeto *Z* forma (41c):

(41) c. [O Pedro deve o Pedro cantar]

Aqui a ausência de CP permite que *me* se mova para Spec AgrP do verbo matriz para checar acusativo.

em (41c) “o Pedro” é a cópia de *o Pedro*, que foi açado para checagem de traços.

Em (42) não há aplicação da operação Mover:

- (42) a. Devem existir camelos no deserto
 b. ?Camelos devem existir no deserto

(42b) mostra que a posição pré-verbal não é própria para o DP *camelos* se a sentença for proferida com entonação contínua. (42a) mostra que, sem a aplicação de Mover, *camelos* fica muito longe da flexão do verbo matriz para que a checagem de nominativo possa acontecer.

Se o verbo encaixado é um inacusativo do tipo de *aparecer* ou *crescer*, o alçamento também não é obrigatório:

- (43) a. Devem aparecer camelos no deserto
 b. Devem crescer camelos no deserto

A ausência de alçamento em sentenças como (42) e (43) nos leva a pensar que *camelos* checa partitivo contra o verbo existencial.

Resumindo esta seção: descrevemos aqui os verbos inacusativos que selecionam um argumento complexo. Mostramos que, quando esse argumento é um CP, o DP não sai da sentença encaixada: se o DP pode checar seus traços dentro do CP, então, o DP não precisa e, portanto, não pode sair do CP.

Quando o argumento selecionado pelo inacusativo é um constituinte complexo com características distintas das de um CP, o DP pode sair do CP. Esses são contextos de alçamento, em que o DP encaixado não tem como checar seus traços relevantes sem movimento. Aqui, a aplicação da operação Mover não é obrigatória apenas quando o verbo encaixado é um inacusativo; nesse contexto, assume-se que o DP checa partitivo contra o verbo existencial.

4. Conclusão

Neste capítulo, descrevemos os verbos inacusativos primitivos, isto é, aqueles que selecionam apenas um AI. Mostramos que essa classe de inacusativos pode ser dividida de acordo com o tipo de argumento selecionado: há os inacusativos que selecionam DP; e os que selecionam um constituinte complexo, como um CP ou uma SC.

Os inacusativos que selecionam somente um DP foram subclassificados de acordo com seu comportamento: há os que licenciam um DP anteposto; e há os que criam resistência ao movimento do DP para Spec AgrP (os existenciais). Quando não há alçamento do DP para a posição pré-verbal, assume-se a inserção de um expletivo em Spec AgrP; quando o alçamento acontece, o DP alçado checa seus traços relevantes em Spec AgrP.

Os inacusativos que selecionam um argumento complexo foram subclassificados em inacusativos que selecionam CP e inacusativos que não selecionam CP (os verbos de alçamento). Quando um inacusativo seleciona

um CP, o DP pode checar seus traços de caso dentro do CP, então ele não precisa (e, portanto, não pode) sair do CP.

Quando um inacusativo seleciona um argumento complexo com características distintas das de um CP, o DP encaixado pode se alçar para a sentença matriz. Esse alçamento não acontece quando o verbo encaixado é um inacusativo; nesse caso, temos uma configuração própria para a checagem de caso partitivo.

Capítulo III

Outros Verbos Inacusativos

0. Introdução

1. Verbos biargumentais

2. Verbos não-psicológicos

2.1 Verbos AVB→BV

2.2 O clítico se

3. Verbos psicológicos

3.1 Verbos psicológicos biargumentais: transitivos e inacusativos

3.2 Verbos psicológicos monoargumentais: intransitivos e inacusativos

4. Conclusão

0. Introdução

No capítulo anterior, descrevemos os verbos inacusativos que pertencem à classe daqueles que selecionam apenas um argumento. Mostramos que essa categoria verbal pode ser dividida de acordo com o tipo de argumento selecionado, que pode ou não ser um DP.

Neste capítulo, vamos mostrar que existem verbos biargumentais que podem ser reduzidos a verbos de um argumento apenas. O resultado desse processo é ou um verbo inacusativo, ou um verbo intransitivo. No primeiro caso, o argumento preservado pode ser aquele que detém o papel temático Tema, que é projetado no VP lexical; no segundo, o argumento preservado

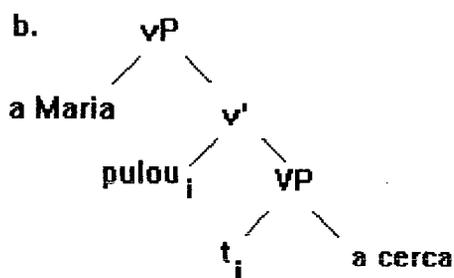
na estrutura não pode ser o Tema, e sim aquele que é projetado no especificador do vP abstrato.

Vamos descrever a classe dos verbos psicológicos e mostrar que ela contém membros considerados inacusativos mesmo apresentando dois argumentos DPs. A classe dos demais biargumentais que podem figurar com apenas um DP é composta por verbos que se alternam entre uma estrutura inacusativa e outra tipicamente transitiva.

1. Verbos biargumentais

Assumindo a análise do VP oracional mostrada no capítulo anterior, um verbo transitivo como *pular* (1a) pode ser representado como mostra (1b):

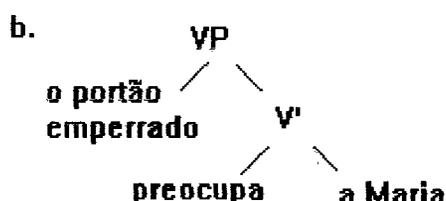
(1) a. A Maria pulou a cerca



(1b) mostra a estrutura de um verbo que seleciona dois argumentos: um deles recebe papel temático Agente (*a Maria*) e o outro recebe papel temático Tema (*a cerca*). Essa representação obedece a hipótese de atribuição temática uniforme (a UTAH; Baker, 1988): o argumento Agente é projetado no especificador de vP, e o argumento Tema, no VP lexical.

Seguindo essa análise, um verbo inacusativo projeta uma estrutura simples para o VP, pois não seleciona um argumento agentivo que possa figurar em Spec vP. Nesses termos, um verbo inacusativo que seleciona dois DPs deve projetar um argumento como complemento de VP, e o outro como especificador de VP, como em (2b):

(2) a. O portão emperrado preocupa a Maria



(2b) mostra a estrutura de um verbo inacusativo que seleciona dois argumentos não agentivos: *o portão emperrado* e *a Maria*. Essa representação obedece a UTAH ao projetar os DPs não agentivos no VP lexical. Projetar algum desses DPs no especificador do vP abstrato contraria a UTAH, pois Spec vP é uma posição própria para argumentos que desempenham função temática Agente.

A possibilidade que alguns verbos psicológicos têm de figurar numa estrutura como a de (2b) nos permite dividir a classe dos verbos biargumentais que têm uma versão monoargumental em duas categorias distintas: a dos verbos psicológicos e a dos verbos não-psicológicos. A classe dos verbos não-psicológicos engloba os verbos que podem se alternar entre uma estrutura tipicamente transitiva e outra inacusativa (quando selecionam apenas um DP).

2. Verbos não-psicológicos

No capítulo 1, mostramos que existem alguns verbos que têm a possibilidade de alternarem entre duas estruturas argumentais: uma em que selecionam dois argumentos; outra em que selecionam um só. Burzio (1986: 25) se refere a esses verbos como aqueles que podem sofrer o processo identificado por AVB→BV, em que V vale por um verbo; A e B valem por DPs (projetados no especificador de vP e como complemento de VP, respectivamente); e → indica a direção do processo.

As sentenças AVB→BV variam conforme a estrutura argumental do verbo envolvido e o caso do(s) DP(s) selecionado(s). Em sentenças AVB, o verbo tem estrutura transitiva; e em sentenças BV, tem estrutura inacusativa. O argumento que se mantém no par BV é o equivalente ao Tema da sentença transitiva AVB: esse argumento vai ter acusativo na sentença AVB, mas não na sentença BV.

2.1 Verbos AVB→BV

Burzio (1986: 25-27) mostra que um verbo como o de (3) pode alternar no par AVB→BV:

(3) a. L'artiglieria affondò due navi nemiche

“A artilharia afundou dois navios inimigos”

b. Due navi nemiche affondarono

“Dois navios inimigos afundaram”

Em (3a) o verbo tem estrutura transitiva do tipo AVB; e em (3b) tem estrutura inacusativa do tipo BV. Na primeira sentença, A (*l'artiglieria*) tem papel temático Agente (ou Causa), e B (*due navi nemiche*), Tema; na segunda, o argumento que se mantém é o equivalente ao Tema da sentença transitiva em (3a) (*due navi nemiche*). A possibilidade que o DP de (3b) tem de ser pronominalizado pelo clítico *ne* é mais um indício de que essa sentença tem uma estrutura inacusativa:

(4) *Ne affondarono due*
 Deles afundaram dois
 “Afundaram dois deles”

Se somente objetos diretos podem ser pronominalizados por *ne* em italiano¹, então, seguindo a UTAH, o DP único que aparece em (3b) deve ser projetado no VP lexical, pois vai receber papel temático não agentivo.

Apesar de o PB não dispor de construções semelhantes a (4), em que o clítico *ne* evidencia que estamos diante de uma sentença inacusativa, podemos mostrar que a versão monoargumental de um verbo como *afundar* projeta uma estrutura inacusativa recorrendo às características temáticas do argumento que aparece em tais construções. Isso pode ser feito com base em Zubizarreta (1985), que analisa as construções causativas² nas línguas

¹ Conforme foi demonstrado no capítulo 1. desta tese.

² Conforme Dubois *et alli* (1991: 103-102), verbos causativos indicam mudança de estado ou início de ação, e expressam o fato de o sujeito do verbo causar a realização da ação, sem realizá-la propriamente.

românicas. Ela mostra que os verbos do tipo de *esvaziar* (5) são semanticamente causativos porque podem ser parafraseados como em (5b):

- (5) a. O furo esvaziou a caixa d'água
 b. O furo fez a caixa d'água (se) esvaziar

A paráfrase em (5b) indica que verbos como *esvaziar* são causativos porque, quando selecionam dois argumentos, a sua estrutura argumental envolve um DP que recebe um papel temático Causa³ (*o furo*), sugerindo causação⁴. Quando um verbo como esse seleciona apenas um argumento, o argumento que se mantém vai ser o que recebe o papel temático não causativo:

- (6) a. A caixa d'água (se) esvaziou
 b. *O furo (se) esvaziou

(6a) é uma sentença inacusativa que projeta apenas um argumento Tema, a *caixa d'água*. (6b) mostra que a versão monoargumental de um verbo como

³ Nos termos de Zubizarreta (1985), a grade temática de um verbo desse tipo pode envolver um argumento que recebe papel temático Causa ou Agente. Sem querer aprofundar a discussão, é preciso esclarecer a noção que esse termo tem para a autora. Ela entende Agente no sentido mais amplo do que a semântica formal, por exemplo, que identifica essa noção com a idéia de animacidade. Um Agente para Zubizarreta (1985) pode ser também uma força da natureza, ou um objeto que provoca ou é responsável pela ação que o verbo descreve (como *o furo* em (5)). Essa noção parece estar de acordo com a caracterização referencial do termo 'agentivo' adotada por Fillmore (1968): Agente é "o caso do instigador tipicamente animado da ação identificada pelo verbo" (*apud* Cruse, 1973: 11). Para evitar confusão, preferimos nos referir ao papel temático em questão simplesmente como Causa.

⁴ Isso quer dizer que um verbo como *comer*, por exemplo, não é um verbo causativo, pois não pode ser parafraseado da mesma forma que *esvaziar*, como indica a agramaticalidade de (ib):

- (i) a. O José comeu o bolo
 b. *O José fez o bolo se comer

esvaziar não pode projetar um argumento que desempenha a função temática Causa. A restrição que pesa sobre as sentenças monoargumentais em (6) pode ser explicada em termos da UTAH da seguinte forma: verbos inacusativos projetam uma estrutura simples para o VP, e o especificador de VP não é uma posição própria para receber argumentos causativos

Uma sentença transitiva como (5a) projeta o DP Causa em Spec vP, e o DP Tema no VP lexical, nos termos do que foi mostrado para (1). O argumento causativo projetado em Spec vP checa traços de nominativo em Spec AgrP; e o argumento Tema projetado como complemento de VP checa traços de acusativo.

Uma sentença inacusativa do tipo de (6a) projeta o DP pré-verbal como complemento do verbo lexical. Independentemente da definitude desse DP, a posição pré-verbal mostrada em (6a) indica que ele se move para Spec AgrP em sintaxe visível⁵. Essa representação se assemelha à que foi proposta no capítulo anterior para os verbos inacusativos que selecionam apenas um argumento DP. A diferença fica por conta do clítico se que pode aparecer junto dos verbos inacusativos do tipo de (6a), e que representa mais um indício de que a sentença tem estrutura inacusativa, como mostraremos na seção seguinte.

(ib) mostra que verbos como *comer* não são causativos; esses verbos não envolvem um argumento Causa na sua grade temática.

⁵ A representação de uma sentença em que um verbo como *esvaziou* seleciona apenas um DP que figura na posição pós-verbal deve levar em conta a definitude do DP. Quando o DP pós-verbal for indefinido, assumimos Belletti (1988) e a checagem de caso partitivo. Quando o DP em questão for definido, assumimos Belletti (2001) e o movimento desse DP para Spec FocusP. Em ambos os casos, a inserção de um expletivo em Spec AgrP satisfaz EPP (ver capítulo 2 desta tese).

2.2 O clítico se

Outro artifício com que podemos contar para mostrar que a versão monoargumental de um verbo como *esvaziar* projeta uma sentença inacusativa leva em conta a distribuição do clítico *se*. Como se pode ver em (6a), quando um verbo não-psicológico seleciona apenas um DP, a ausência do argumento causativo pode ser indicada pela presença do clítico *se*. No italiano e no francês, o acréscimo do clítico no par inacusativo é sempre obrigatório:

- (7) a. Il vento dissipa le nubi
 “O vento dissipa as nuvens”
 b. Le nubi *si* dissipano
 “As nuvens *se* dissiparam”
 c. *Le nubi dissipano
 “As nuvens dissiparam”
- (8) a. Pierre a brisé la glace
 “Pierre quebrou o vidro”
 b. La glace *s’est* brisée
 “O vidro *se* quebrou”
 c. *La glace est brisée
 “O vidro quebrou”

O clítico em (7b) e (8b) indica que o DP causativo (*il vento* (7a) e *Pierre* (8a)) não figura mais na sentença.

No PE o acréscimo do *se* no par inacusativo também não é opcional. Existem verbos que exigem a presença do clítico, e verbos que não podem figurar com ele:

- (9) a. A artilharia afundou o barco
 b. O barco afundou-se
 c. *O barco afundou
- (10) a. O governo aumentou os impostos
 b. Os impostos aumentaram
 c. *Os impostos aumentaram-se

Conforme Eliseu (1984:18), no PE, verbos como *afundar* (9) devem aparecer com o clítico; mas não verbos como *aumentar* (10)⁶.

O autor justifica a presença do clítico em sentenças como (9b) seguindo o Princípio da Uniformidade⁷: a hipótese que justifica a presença (obrigatória ou não) do clítico nessas construções é que esse pronome detematiza a posição de AE (ou Spec vP). Uma vez que a posição de AE

⁶ Já apontamos no capítulo 1. que o PB parece admitir a presença do clítico junto de verbos que exigem a sua presença no PE; e não aceitar o clítico junto dos verbos que também não o aceitam no PE. Embora em alguns diletos do PB o clítico ainda apareça junto de verbos como *afundar*, ele nunca aparece junto de verbos como *aumentar*.

⁷ O Princípio da Uniformidade (Chomsky, 1986; *apud* Eliseu, 1984) considera que os processos morfológicos afetam uniformemente a atribuição temática, segundo o seguinte princípio:

os processos morfológicos ou

- (i) transmitem os papéis temáticos uniformemente;
 (ii) bloqueiam os papéis temáticos uniformemente;

não contém nenhum DP que possa se mover para Spec AgrP, o AI (projetado no VP lexical) pode acabar se movendo para Spec AgrP.

Burzio (1986: 399-411) também analisa o clítico em questão, a que denomina *se ergativo*. A análise mostra a semelhança entre o clítico ergativo e os clíticos reflexivo e inerente, assumindo que eles “detêm o papel temático do sujeito (o argumento a ser projetado em Spec vP), modificando as propriedades lexicais do verbo, como faz, por exemplo, o morfema de participio” (Burzio, 1986: 407)⁸.

Numa sentença como (11) do italiano

- (11) La finestra si è rotta
 A janela se è quebrada
 “A janela se quebrou”

o clítico ergativo *si* é analisado como um afixo lexical que reflete o fato de o verbo não projetar AE. A hipótese é que o clítico ergativo é gerado junto do verbo inacusativo e não recebe papel temático.

(iii) atribuem um novo papel temático uniformemente.

⁸ A propósito do clítico reflexivo em italiano, Figueiredo Silva & Miotto (a sair) examinam o seguinte contraste:

- (i) a. Maria si è ferita
 b. Maria ha ferito se stessa

Em (ia) o auxiliar usado é *essere*; em (ib) é *avere*. O problema está em explicar a alternância de uso de auxiliar entre (ia) e (ib), uma vez que ambas as sentenças têm interpretação reflexiva, e *avere* não deve aparecer junto de verbos inacusativos. O problema é respondido com base na idéia de Sportiche (2000) de que os reflexivos *si* e *a se stessa* têm estatuto diferente. *A se stessa* tem estatuto de AI pleno: ele é preposicionado - coisa que nenhum clítico pode ser-; ele ocorre depois do participio *ferita* - posição que não é própria de um clítico. Se *a se stessa* é o AI, então *Maria* em (ib) só pode ser o AE (agente); e uma sentença que seleciona AE deve aparecer com o auxiliar *avere*. *Si*, por sua vez, é um clítico, então não tem estatuto de AI pleno (a posição que ele ocupa junto ao auxiliar não é a posição própria do AI). Uma vez que o agente e o paciente da ação de ferir coincidem, não se pode comprovar que *Maria* seja o AE (agente) em (ia); *Maria* deve ser o AI da sentença inacusativa em (ia), e uma sentença inacusativa deve aparecer com o auxiliar *essere*.

As sentenças em que o clítico ergativo pode aparecer têm estreita semelhança com construções passivas analíticas. Uma das propriedades universais das construções passivas consiste em permitir a omissão do AE da sentença ativa correspondente. Chomsky (1981; *apud* Raposo, 1992: 312) propõe que essa propriedade (a omissão do AE) é concretizada nas construções com particípio passivo das línguas Românicas (e também do inglês e de várias outras línguas). Isso quer dizer que a morfologia passiva tem, segundo Chomsky (1981), a propriedade de “bloquear” ou “cancelar” a atribuição da função temática externa à posição de sujeito. Podemos pensar que em sentenças como (11) do italiano (e (6a) do PB) o clítico *se* desempenha o mesmo papel que o morfema de particípio passivo: indica que o AE (ou o argumento projetado em Spec vP) foi detematizado (ou “cancelado”).

Nunes (1991: 37) também notou a semelhança que existe entre as sentenças inacusativas com *se* e as sentenças passivas e propôs uma hipótese que explica a origem desse clítico no PB. A hipótese é que houve uma reanálise sintática, como se vê em (12):

- (12) a. Consertou-se o brinquedo
 b. (expl) Consertou-se o brinquedo
 c. *pro* Consertou-se o brinquedo

(12a), com o DP singular (*o brinquedo*), pode ser interpretada tanto como mostra (12b), com *se* apassivador, quanto como mostra (12c), com *se*

indeterminador. Em (12b), “se absorve o papel temático do argumento externo e o caso acusativo”; em (12c), “há na posição de sujeito um pronome nulo referencial, que é indeterminado pelo clítico *se*” (cf. Nunes, 1991: 34). Isso quer dizer que sentenças do tipo de (6a) poderiam ter se originado a partir de construções como (12b), com *se* apassivador.

Em suma, mostramos que um verbo não-psicológico como *esvaziar* pode selecionar ou dois DPs, ou apenas um. No primeiro caso, o argumento com papel temático Causa é projetado em Spec vP; e o argumento com papel temático Tema é projetado como complemento do VP lexical. A estrutura em questão é tipicamente transitiva.

No segundo caso, o argumento que se mantém no par monoargumental é o que recebe papel temático não causativo, e é projetado no VP lexical. Isso quer dizer que verbos não-psicológicos projetam uma estrutura inacusativa quando selecionam apenas um argumento DP. Além do papel temático desempenhado pelo DP que se mantém na versão monoargumental, a possibilidade de o clítico *se* ocorrer em tais construções é mais um indício de que estamos diante de uma estrutura inacusativa.

3. Verbos psicológicos

Os verbos psicológicos apresentam uma grade temática relativamente invariável que pode envolver um DP com papel temático Experienciador (E) e outro com função temática Tema (T); ou apenas um dos dois. Nas seções seguintes vamos descrever esses verbos.

3.1 Verbos psicológicos biargumentais: transitivos e inacusativos

Em (13) *assustar* e *temer* selecionam dois DPs:

- (13) a. A chuva assusta a Maria
 b. A Maria teme a chuva

Em (13a, b), *a chuva* recebe papel temático T; e *a Maria* recebe papel temático E. O que chama atenção em sentenças biargumentais como (13a) é que os DPs são projetados de uma forma que contraria a hierarquia dos argumentos que podem ocupar a posição sujeito. O argumento mais proeminente (para os propósitos deste trabalho, proeminente significa ser o Agente⁹) em (13a) é E (*a Maria*), e não T (*a chuva*); contudo, é T que vai ser promovido para Spec AgrP.

Em geral, as análises que tentam explicar esse comportamento incomum dos verbos psicológicos seguem duas propostas. A de Belletti & Rizzi (1988) propõe que os verbos que podem ser antecidos por T têm estrutura inacusativa, e os verbos que não podem ser antecidos por T têm estrutura transitiva. A de Cançado (1997) propõe que todos os verbos psicológicos que selecionam dois argumentos são transitivos, independentemente de T poder ou não figurar antes do verbo.

A proposta de Belletti & Rizzi (1988) é baseada em testes empíricos e parte de dados como os de (14) e (15):

⁹ A Gramática de Casos (ver Fillmore, 1968, por exemplo) prevê que, se houver um Agente na grade temática, ele vai ser gerado mais alto na estrutura e vai ocupar a posição do sujeito da sentença; se não houver um Agente, o mais cotado para ser promovido a sujeito sentencial é o DP com papel temático Causa, depois o Experienciador, depois o Instrumento, e, por fim, a Tema.

(14) Gianni teme questo

"Gianni teme isto

(15) a. Questo preoccupa Gianni

"Isto preoccupa Gianni"

b. A Gianni piace questo

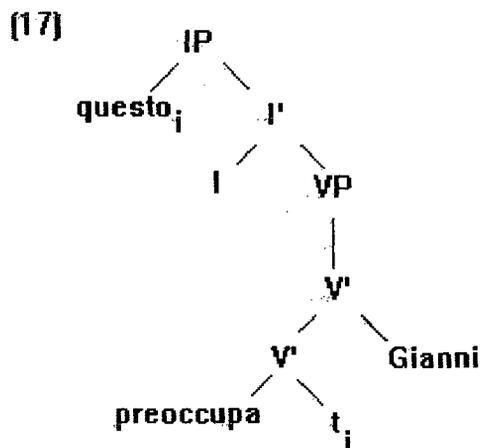
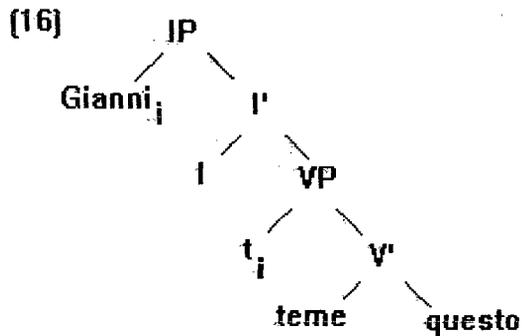
"A Gianni agrada isto"

c. Questo piace a Gianni

"Isto agrada ao João"

A hipótese é que verbos como *temere* (14) são tipicamente transitivos, e que verbos como *preoccupare* e *piacere* (15) são inacusativos. Esses verbos podem ser representados como em (16) e (17)¹⁰:

¹⁰ (16) e (17) transpõem a hipótese de Belletti & Rizzi (1988) para uma versão da Teoria X-barra que representa VP como a projeção máxima do verbo, e adota a hipótese do sujeito interno a VP.



O verbo transitivo em (16) projeta E (*Gianni*) na posição de especificador de VP e T (*questo*) na posição de complemento de V. *Gianni* recebe nominativo em Spec IP, e *questo* recebe acusativo estrutural de *temere*.

A estrutura inacusativa em (17) contraria a hierarquia dos argumentos que podem ocupar a posição sujeito: o papel temático E (*Gianni*) é mais proeminente que o papel temático T (*questo*); contudo, o que vai ser promovido para Spec AgrP é o T. Por ser um sujeito derivado, ele vai ter um comportamento diferente do comportamento de um sujeito prototípico.

Uma das evidências empíricas que comprovam a hipótese de que o sujeito de verbos como *preoccupare* e *piacere* é um sujeito derivado leva em

conta a distribuição do *pro* com interpretação arbitrária. Nem todo tipo de construção licencia *pro* arbitrário antes do verbo:

(18) a. *pro* mi hanno mandato um telegramma

“Me mandaram um telegrama”

b. *pro* hanno telefonato a casa mia

“Telefonaram para a minha casa”

c. **pro* sono arrivati a casa mia

“Chegaram na minha casa”

Quando *pro* aparece antes de verbos tipicamente transitivos e intransitivos (18a, b), ele pode ter leitura arbitrária; quando ele figura antes de verbos inacusativos (18c), a leitura arbitrária é proibida.

(19) mostra o comportamento dos verbos psicológicos quanto ao licenciamento de *pro* arbitrário:

(19) a. Evidentemente, in questo paese per anni *pro* hanno temuto il terremoto

“Evidentemente, neste país, as pessoas temeram o terremoto por anos”

b. *Evidentemente, in questo paese per anni *pro* hanno preoccupato il governo

“Evidentemente, neste país, as pessoas preocuparam o governo por anos”

Em (19a), *temere* licencia *pro* com interpretação arbitrária; esse não é o caso em (19b), com *preoccupare*. Esses dados mostram que os verbos do tipo de *temere* têm estrutura transitiva, e que os do tipo de *preoccupare* e *piacere* têm estrutura inacusativa.

Outra evidência de que verbos como *preoccupare* e *piacere* são inacusativos é dada por sentenças causativas como as de (20):

- (20) a. Gianni ha fatto telefonare (a) Mario
 “Gianni fez Mario telefonar”
 b. *Gianni ha fatto essere licenziato (a) Mario
 “Gianni fez Mario ser despedido”

Em italiano, verbos transitivos (20a), mas não verbos inacusativos (20b), podem figurar em construções causativas. O esperado é que verbos do tipo de *preoccupare* e *piacere* não possam compor uma estrutura causativa:

- (21) a. Questo lo ha fatto temere ancora di più a Mario
 “Isto fez Mario temê-lo ainda mais”
 b. * Questo lo ha fatto preoccupare ancora di più a Mario
 “Isto fez Mario preocupá-lo ainda mais”

Temere (21a) pode aparecer encaixado em uma sentença causativa porque esse tipo de verbo psicológico tem estrutura transitiva. Verbos do tipo de

preoccupare (21b), contudo, não podem figurar em construções causativas porque têm estrutura inacusativa.

Resta responder pelo caso atribuído ao argumento E. Belletti & Rizzi (1988) propõem que os verbos do tipo de *preoccupare* atribuem acusativo inerente a E. Com *piacere*, a presença da preposição evidencia a atribuição de dativo inerente. Por ser marcado pela preposição, o E selecionado por *piacere* pode aparecer tanto antes quanto depois do verbo.

Cançado (1997) discorda de Belletti & Rizzi (1988) quanto às características inacusativas dos verbos psicológicos biargumentais e propõe que todos eles têm estrutura transitiva. Uma classificação mais fina dos papéis temáticos envolvidos responderia pelo problema de qual argumento vai acabar em Spec AgrP. A hipótese é que os verbos psicológicos atribuem papel temático Causa, e não Tema, a um de seus argumentos. Por ser um papel temático mais proeminente que E ou T (ver nota 9 deste capítulo), o argumento Causa acaba sendo promovido para Spec AgrP.

A base para essa proposta está em Grimshaw (1990; *apud* Cançado, 1997), que postula que a estrutura argumental dos verbos é derivada da combinação entre a hierarquia temática e a hierarquia aspectual. A diferença de comportamento entre os verbos psicológicos estaria na diferente carga aspectual de cada um. O aspecto atribuiria um estatuto diferente para o argumento com papel temático T, conforme fosse selecionado por um verbo como *temer* (transitivo) ou por um verbo como *assustar* (inacusativo): apenas o segundo sugere um sentido causativo. Ao receber o aspecto

causa, o argumento vai ser projetado como o sujeito da sentença, por ser o mais proeminente na estrutura.

Cançado (1997) incrementa a hipótese de Grimshaw (1990; *apud* Cançado, 1997) e propõe que não é o aspecto causa, e sim o papel temático Causa que está em questão:

- (22) a. A falta de dinheiro chateia o Pedro
 b. A falta de dinheiro causa o Pedro ficar chateado

Em (22a), *a falta de dinheiro* é a causa da chateação de Pedro. Esse argumento estaria recebendo o papel temático Causa, conforme indica a paráfrase em (22b), e não o papel temático Tema.

Sendo assim, verbos como *preocupar* e *temer* teriam a seguinte grade temática (23) e (24):

- (23) a. O João teme o cachorro
 b. Temer: <Experienciador> Objeto>>
- (24) a. A arrogância de Rosa preocupava a mãe
 b. Preocupar: <Causa> Experienciador>>

A hierarquia dos argumentos que podem ser promovidos para Spec AgrP estaria sendo respeitada e responderia pela única diferença entre os verbos do tipo de *temer* e do tipo de *preocupar*. Verbos como *preocupar* promovem

o DP que recebe papel temático Causa para Spec AgrP; verbos como *temer* promovem o DP que recebe papel temático Experienciador para aquela posição.

Da Costa (2000) examina as críticas que Cançado (1997) faz à hipótese inacusativa de Belletti & Rizzi (1988) e mostra que a proposta de que os verbos psicológicos de dois argumentos envolvem um papel temático Causa e não Tema não é decisiva para comprovar o tipo de estrutura que esses verbos têm:

- (25) a. João teme cachorro
 b. Cachorro causa temor no João

- (26) a. Cachorro assusta João
 b. Cachorro causa susto no João

As paráfrases em (25b) e (26b) parecem indicar que o DP *cachorro* em (25a) e em (26a) recebe papel temático Causa. Por que, então, somente em (26a) ele aparece antes do verbo, como o argumento mais proeminente? (25) e (26) estão mostrando que uma argumentação dessa natureza não é capaz de evidenciar a diferença entre verbos como *temer* e *assustar*.

Da Costa (2000) observa ainda que, se houvesse mesmo um papel temático Causa envolvido nessas estruturas, elas seriam transitivas e a sentença poderia aparecer na forma passiva:

- (27) a. A demissão de Maria causou um sentimento de revolta
 b. Um sentimento de revolta foi causado pela demissão de Maria

A passiva em (27b) é uma estrutura bem formada porque *causar* é um verbo transitivo; isso quer dizer que *a demissão de Maria* em (27a) é um argumento que pode mesmo estar recebendo papel temático Causa. Observe agora a sentença passiva em (28b):

- (28) a. A demissão de Maria assustou o João
 b. *O João foi assustado pela demissão de Maria

A passivização de *assustar* é inviável porque o DP *a demissão de Maria* recebe papel temático Tema, e não Causa: *assustar* é de fato um verbo inacusativo.

Por fim, da Costa (2000) assume a proposta inacusativa de Belletti & Rizzi (1988) e identifica duas classes distintas de verbos psicológicos no PB. Uma classe é formada por verbos como *temer*, que têm estrutura transitiva:

- (29) O João teme a crise econômica do Brasil

Em (29), o DP *o João* recebe nominativo, e *a crise econômica do Brasil* vai ser marcado por acusativo estrutural.

A outra classe de verbos psicológicos envolve aqueles que têm estrutura inacusativa:

(30) Isto assusta João

Em (30), *isto* recebe nominativo em Spec AgrP; e *João* recebe caso inerente do verbo inacusativo.

Ela mostra ainda que o verbo *agradar* apresenta um comportamento peculiar, pois a preposição *a* pode ou não estar presente na sentença:

(31) a. Ao João agrada isto
b. Isto agrada (a)o João

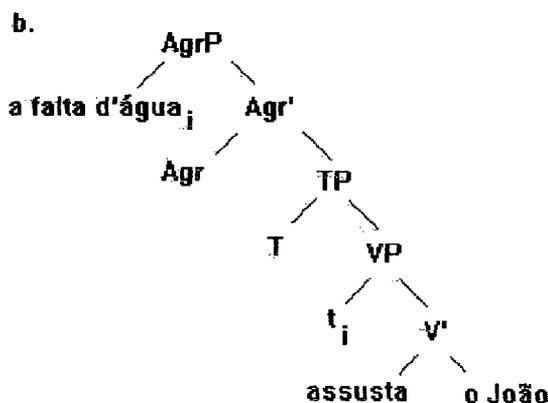
Em (31a), E antecede o verbo, e a preposição *a* deve obrigatoriamente aparecer; em (31b), E figura depois do verbo, e o uso da preposição é opcional. A estipulação é que, quando a preposição está presente, é ela que atribui caso inerente a E; quando a preposição não aparece (uma opção apenas em (31b)), E vai ser licenciado pelo verbo, que atribui acusativo estrutural ao DP.

A hipótese de atribuição de caso inerente explica por que a preposição tende a se manter quando E antecede o verbo e a desaparecer gradativamente quando esse argumento aparece depois do verbo. Quando E está depois do verbo (na sua posição canônica), a preposição concorre

com o verbo para a atribuição de caso, de forma que não haveria necessidade de apelar para o caso inerente.

A proposta de Belletti & Rizzi (1988) se adapta à hipótese do VP oracional e permite que representemos a sentença inacusativa de (32a) como mostra (32b):

(32) a. A falta d'água assusta o João



(32b) indica que, apesar de selecionar dois argumentos DPs, verbos como *assustar* são inacusativos pois não projetam vP: o argumento E (*o João*) é projetado na posição de complemento de VP; e o argumento T (*a falta d'água*), no especificador de VP. Uma representação desse tipo está de acordo com Chomsky (1995: 316), que propõe que apenas os inacusativos apresentam uma estrutura simples para o VP porque não selecionam um argumento agentivo¹¹.

¹¹ A representação de uma sentença transitiva como *O João teme a falta d'água* segue a proposta que estamos assumindo para os verbos transitivos: o argumento Agente (*o João*) é projetado no

Quando um verbo inacusativo seleciona dois argumentos, um T e um E, o T, que se alça para Spec AgrP, vai ser projetado no especificador de VP, restando ao E a posição de complemento do verbo. Se T checa nominativo, resta a E a checagem de acusativo: numa língua nominativa, quando um verbo seleciona dois DPs, um deles carrega traços de nominativo, o outro carrega traços de acusativo. O nominativo é checado contra o DP que não é c-comandado (por outro DP); e o acusativo é checado contra o DP que é c-comandado (por outro DP)¹² (independentemente de o verbo projetar ou não um vP abstrato). Dessa forma, Minimalidade Relativizada (Rizzi, 1990) não é violada.

Mioto & Nascimento (a sair) mostram que uma estrutura como (32b) está de acordo com a generalização de Burzio. Eles interpretam essa generalização em termos da hipótese do VP oracional da seguinte forma: se um núcleo [+V] projeta especificador (temático), então o acusativo estará disponível para um DP que é complemento do verbo ou faz parte dele. Se um núcleo [+V] não projeta especificador, então o acusativo não vai estar disponível na estrutura.

Essa generalização se aplica tanto às estruturas que projetam um VP oracional, quanto àquelas que projetam um VP simples. Em uma sentença tipicamente transitiva, a posição Spec vP é projetada, e o acusativo está

especificador de vP; e o argumento Tema (*a falta d'água*), no VP lexical. Como toda estrutura tipicamente transitiva, o DP projetado em Spec vP (*O João*) vai checar nominativo em Spec AgrP, e o DP projetado pelo VP (*a falta d'água*) vai checar acusativo estrutural. Vale observar que uma representação dessa natureza obedece a hierarquia dos argumentos que podem ocupar a posição sujeito: o argumento mais proeminente é o E (*O João*), e é ele que vai acabar em Spec AgrP

¹² Estamos considerando a seguinte noção de C-comando: A c-comanda B sse: (i) A não domina B e B não domina A; (ii) a primeira categoria que domina A domina igualmente B. Leia-se A como o DP projetado na posição de especificador e B o DP projetado como complemento de VP.

disponível para o DP que aparece como complemento de VP. Em uma sentença inacusativa em que o verbo projeta dois DPs, a posição Spec VP está projetada e o acusativo está disponível para o DP projetado como complemento de VP.

Resta mostrar que essa generalização se aplica às sentenças em que o verbo inacusativo projeta apenas um argumento como complemento de VP. Isso será feito na seção seguinte.

3.2 Verbos psicológicos monoargumentais: intransitivos e inacusativos

(33) e (34) indicam as características temáticas do argumento que se mantém numa sentença em que um verbo psicológico seleciona apenas um argumento DP:

- (33) a. O João ama dinheiro
 b. O João ama desesperadamente
 c. *O dinheiro ama desesperadamente

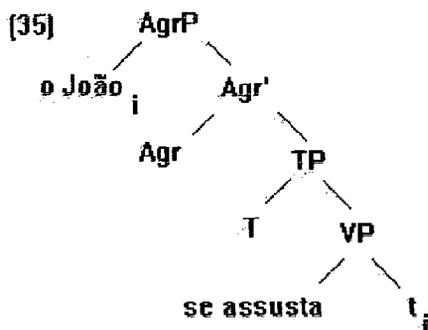
- (34) a. A falta de dinheiro assusta o João
 b. O João se assusta facilmente
 c. Falta de dinheiro assusta

(33) mostra que, quando um verbo como *amar* seleciona apenas um DP, esse vai ser o que recebe papel temático E (33b), e não T (33c). (34) mostra

que um verbo como *assustar* pode selecionar apenas um argumento E (34b), ou apenas um argumento T (34c).

Os dados em (33) e (34) podem ser explicados em termos da UTAH da seguinte forma: verbos como *amar* projetam vP, e Spec vP é uma posição própria para argumentos E como *o João* (33b), mas não para um argumento T como *o dinheiro* (33c). Verbos como *assustar* projetam uma estrutura simples para o VP, e o VP pode abrigar tanto um argumento E como *o João* (34b), quanto um argumento T como *falta de dinheiro* (34c). Isso quer dizer que (33b) tem estrutura intransitiva e (34b, c), inacusativa.

Nos termos da análise que estamos propondo, a sentença inacusativa em (34b) deve ser representada como em (35), que omite o advérbio:



(35) é a representação de uma sentença inacusativa que projeta uma estrutura simples para o VP. O E (*o João*) (poderia ser também o T, *falta de dinheiro*) é projetado como complemento do verbo e se alça para checar traços contra AgrP.

Ainda em (35) se pode ver que o clítico ergativo *se* está sendo analisado da mesma forma que o analisamos na seção anterior, quando tratamos dos verbos não-psicológicos. Esse pronome indica que a posição

de Spec vP não foi projetada, e permite que o DP único que aparece como complemento de VP se mova para Spec AgrP. A hipótese continua sendo a de que o clítico ergativo é gerado na mesma posição que o verbo inacusativo e não recebe papel temático.

Resta observar que essa estrutura inacusativa está de acordo com a interpretação proposta por Miotto & Nascimento (a sair) para a generalização de Burzio. Uma vez que o verbo lexical não projeta especificador, o acusativo não está disponível para o DP que aparece como complemento de V: esse DP vai checar nominativo no especificador de AgrP

Resumindo: nesta seção, mostramos que existem duas classes de verbos psicológicos monoargumentais no PB. Verbos do tipo de *amar* não podem ser antecidos do argumento que recebe papel temático T. Quando os verbos dessa classe selecionam apenas um argumento, projetam uma estrutura complexa para o VP, em que o argumento E é projetado em Spec vP. A outra classe de verbos psicológicos engloba os verbos do tipo de *assustar*, que podem ser antecidos pelo DP que recebe papel temático T. Esses verbos vão sempre projetar uma estrutura simples para o VP, pois são verbos inacusativos.

Por fim, mostramos que a análise proposta para os verbos psicológicos inacusativos que selecionam apenas um argumento DP está de acordo com a generalização de Burzio conforme interpretada por Miotto & Nascimento (a sair). Uma vez que o verbo lexical não projeta especificador, o acusativo não está disponível para o DP que aparece como complemento de V.

4. Conclusão

Neste capítulo, mostramos que existem verbos biargumentais que podem ser reduzidos a verbos de um argumento apenas. Vimos que o resultado desse processo pode ser ou um verbo inacusativo, ou um verbo intransitivo. No primeiro caso, o argumento preservado pode ser aquele que detém o papel temático Tema, que é projetado no VP lexical; no segundo, o argumento preservado na estrutura não vai ser o Tema, e sim aquele que é projetado no especificador do vP abstrato.

Na seção 1, descrevemos a categoria dos verbos não-psicológicos. Mostramos que os verbos não-psicológicos que selecionam dois argumentos são verbos transitivos semanticamente causativos (a sua grade temática envolve um DP que recebe papel temático Causa). Quando os verbos não-psicológicos selecionam um único argumento, figuram numa estrutura inacusativa, em que o clítico *se* pode aparecer, indicando que Spec vP não foi projetada. Esse clítico detematiza a posição de Spec vP e possibilita que o argumento que se encontra no VP lexical se alce para Spec AgrP.

Na seção 2., descrevemos os verbos psicológicos, e os separamos em duas classes distintas. Mostramos que os verbos do tipo de *temer* ou *amar* não podem se anteceder pelo argumento que recebe papel temático T. Verbos desse tipo podem aparecer tanto numa estrutura transitiva, quanto numa estrutura intransitiva. A outra classe engloba os verbos do tipo de *assustar*, que projetam uma estrutura inacusativa, quer selecionem dois argumentos, quer selecionem apenas um. Esse tipo de verbo psicológico

pode ser antecedido pelo DP que recebe papel temático T, contrariando a hierarquia dos argumentos que podem ocupar essa posição.

Por fim, mostramos que a descrição proposta neste capítulo está de acordo com a generalização de Burzio, que pode ser interpretada da seguinte forma, como fazem Miotto & Nascimento (a sair): se um núcleo [+V] projeta especificador (temático), então o acusativo estará disponível para um DP que é complemento do verbo ou faz parte dele; se um núcleo [+V] não projeta especificador, então o acusativo não vai estar disponível na estrutura.

Capítulo IV

As Hipóteses

0. Introdução

1. Hipóteses construídas de acordo com a teoria de Regência e Ligação

1.1 Chomsky (1986)

1.2 Burzio (1986)

1.3 Belletti (1988)

2. Hipóteses construídas de acordo com o Programa Minimalista

2.1 Chomsky (1995)

2.2 Viotti (1999)

2.3 Cardinaletti (1997)

2.4 Lasnik (1999)

3. Conclusão

0. Introdução

Neste capítulo, vamos discutir algumas análises propostas para sentenças construídas com verbos inacusativos. Especial atenção vai ser dada a dois problemas que elas suscitam: a checagem de traços do DP que é selecionado pelo verbo inacusativo, ou que aparece no constituinte selecionado por ele; e a natureza do expletivo inserido no especificador de AgrP em estruturas com posposição do DP ao verbo.

O capítulo vai ser dividido em duas grandes seções. Uma delas trata de análises elaboradas de acordo com a teoria de Regência e Ligação. A

outra trata de análises elaboradas conforme o modelo proposto pelo Programa Minimalista (PM), construído a partir de Chomsky (1995)¹. É dessa forma que pretendemos mostrar como o PM recoloca algumas questões referentes à inacusatividade, dadas as modificações propostas pelo Programa à teoria gerativa.

Nossa discussão não pretende ser exaustiva; o objetivo é encontrar a análise que melhor explique os dados do PB descritos nos dois capítulos apresentados anteriormente. Na primeira seção, vamos examinar três propostas: a de Chomsky (1986); a de Burzio (1986); e a de Belletti (1988). Na seção seguinte, vamos comentar as hipóteses de Chomsky (1995); de Viotti (1999); de Cardinaletti (1997); e de Lasnik (1999).

Vamos seguir a terminologia adotada em cada versão da teoria. Por exemplo, na seção 1, que trata de hipóteses construídas de acordo com a teoria da Regência e Ligação, fala-se em *atribuição* de caso, e se assume IP como a projeção máxima de uma categoria funcional nucleada pela flexão; na seção 2, que trata de análises minimalistas, fala-se em *checagem* de traços de caso, e se assume AgrP (ou apenas TP) como a projeção máxima de uma categoria funcional cujo núcleo é a flexão.

1. Hipóteses construídas de acordo com a teoria de Regência e Ligação

Estamos considerando que, na teoria de Regência e Ligação, para um DP ser licenciado, ele precisa satisfazer pelo menos duas exigências: ter um caso e ter um papel temático. O Critério Temático impõe que cada argumento receba um (e apenas um) papel temático, e que cada papel

¹ Incluindo o capítulo 3 de Chomsky (1995), publicado também como Chomsky (1993).

temático seja atribuído a um (a apenas um) argumento; e o Filtro do Caso requer que todo DP pronunciado tenha um caso. A interação entre o Critério Temático e o Filtro do Caso acontece através do Princípio da Visibilidade, segundo o qual todo DP precisa ser marcado por um caso para ser visível para a interpretação temática.

Consideramos também que, numa língua nominativa, o nominativo é atribuído pela categoria funcional I ao seu especificador, em configuração Spec-núcleo, por concordância. O acusativo e o oblíquo são atribuídos sob regência. O primeiro é atribuído por um verbo transitivo ao seu complemento; e o segundo, por uma preposição a seu complemento.

1.1 Chomsky (1986)

Em estruturas inacusativas, a satisfação de EPP, que exige que todas as sentenças de uma língua nominativa tenham sujeito, depende do preenchimento da posição Spec IP ou por um argumento, ou por um expletivo. No primeiro caso, assume-se que o DP gerado como irmão do verbo inacusativo se move para Spec IP; no segundo caso, assume-se a inserção de um expletivo em Spec IP.

No inglês e no PB, o movimento do DP para Spec IP deriva sentenças como as de (1):

- (1) a. The circus_i came [t_i]
 b. O circo_i chegou [t_i]

O movimento mostrado em (1), além de satisfazer EPP, resulta na atribuição de nominativo ao DP pelo núcleo I.

Quando não há movimento do DP, a saída é inserir um expletivo em Spec IP. Esse expletivo pode ser pronunciado, como *there* do inglês; ou nulo, como *pro* do PB:

- (2) a. There came [the circus]
 b. *pro* Chegou [o circo]

(2) mostra a aplicação da regra *there insertion* (ou inserção do expletivo), que insere um expletivo na posição Spec IP, satisfazendo EPP. Esse expletivo está conectado ao DP através de uma CADEIA não trivial.

De acordo com Chomsky (1986), o expletivo satisfaz EPP e é responsável também pela transmissão de caso ao DP que aparece depois do verbo. Em sentenças como as de (3), o caso de *a man* deve ser atribuído através do expletivo *there*:

- (3) a. There is a man here
 b. *It seems [there to be a man here]

Para que *a man* seja visível tematicamente, precisa de caso; e esse caso deve ser atribuído através da CADEIA formada por *a man* e o expletivo *there*. A exigência de visibilidade nas sentenças de (3) recai sobre o argumento, não sobre o expletivo: de acordo com o Princípio da Visibilidade

(Chomsky, 1981), um expletivo, por não ser um argumento, não precisaria de caso.

Nesses termos, em (3a) *there* recebe nominativo da flexão de *be*; e esse caso é transmitido ao argumento via CADEIA. Essa proposta é possível porque em (3a) a única posição em que o caso pode ser licenciado é onde o expletivo foi inserido. Em (3b), *there* não pode receber caso (a posição Spec IP está ocupada por *it*); o resultado disso é que *a man* também não vai ser marcado por caso, violando o Princípio da Visibilidade.

No PB, que possui expletivo nulo, a transmissão de caso para o DP via CADEIA acontece como em (4):

(4) a. *pro* Há um homem aqui

b. Parece [*pro* haver um homem aqui

Seguindo a análise proposta para o inglês em (3a), podemos assumir que em (4a) *pro* recebe nominativo da flexão de *haver*, e esse caso é transmitido a *um homem* via CADEIA. Essa proposta leva em conta que a posição em que o expletivo foi inserido é a única à qual o caso pode ser atribuído.

A análise de (4b) não pode seguir aquela proposta para (3b) do inglês, em que *there* não se move para Spec IP, pois essa posição já está ocupada por *it*. Em (4b) *pro* se move para Spec IP, onde satisfaz EPP e transmite caso para *um homem* através da conexão entre seu vestígio e o DP que recebe o caso. A proposta prevê que a transmissão de caso também pode acontecer à distância.

O caso do DP associado ao expletivo pode ser atribuído sem que haja necessidade de postular o movimento do DP. Contudo, o Princípio da Interpretação Plena exige que a vacuidade semântica do expletivo seja resolvida, e a única forma de fazer isso é assumir que o DP associado se move em LF para a posição onde está o expletivo.

1.2 Burzio (1986)

Burzio (1986) reinterpreto a hipótese de Perlmutter (1978)¹ no quadro da teoria gerativa. Ele observou que as diferenças estruturais presentes na categoria dos verbos intransitivos permitiam dividir essa classe em duas subclasses: a dos intransitivos, que selecionam um AE; e a dos inacusativos, que selecionam um AI. As diferenças entre esses verbos levaram-no a postular uma generalização, que ficou conhecida por *Generalização de Burzio*.

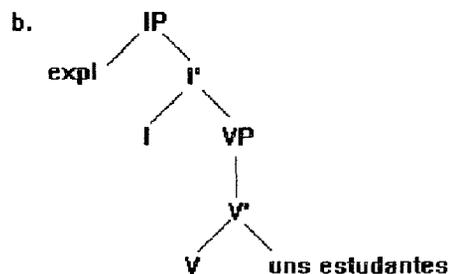
Essa generalização foi exposta no primeiro capítulo desta tese, mas convém relembrar: pela *Generalização de Burzio*, um verbo só atribui papel temático a seu AE se atribuir caso a seu AI; inversamente, um verbo só atribui caso a seu AI se atribuir papel temático a seu AE. Uma vez que os verbos inacusativos apresentam a posição de AE detematizada, não têm a capacidade de atribuir caso a seu AI.

Burzio (1986) propõe que o argumento que acompanha o verbo inacusativo recebe nominativo, quer apareça antes ou depois do verbo. Uma

¹ Perlmutter (1978), seguindo a Gramática Relacional, observou a existência de estruturas intransitivas cujo argumento único era um objeto direto (e não um sujeito) incapaz de receber acusativo por uma idiosincrasia do verbo. Nessas estruturas, os DPs sujeitos teriam sofrido uma regra de rebaixamento que os tornava objeto das sentenças.

questão que deve ser explicada é como o caso nominativo é atribuído a um argumento do verbo que não é o AE. A proposta fornece duas possibilidades para responder essa pergunta, mostradas em (5) e (6):

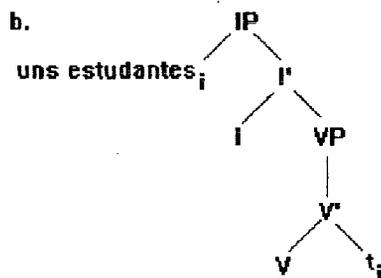
(5) a. Chegaram *uns estudantes*



(5b) representa que *uns estudantes* recebe caso na sua posição de base por estar conectado com o expletivo. A assunção é que o nominativo é transmitido do expletivo para o DP via CADEIA; e isso é possível porque está em jogo apenas um papel temático. Essa proposta explica a ordem [V DP] que vemos em (5a).

A outra possibilidade é mostrada em (6):

(6) a. *Uns estudantes* chegaram



Em (6b) o DP gerado internamente a V' move-se para Spec IP, onde recebe nominativo. Deriva-se, assim, a ordem linear [DP V], à qual subjaz uma cadeia ordinária envolvendo *uns estudantes* e seu vestígio.

Uma diferença, para além da teoria do caso, entre uma cadeia ordinária e uma CADEIA é que, por um lado, a primeira se amolda usualmente à teoria da Vinculação, de tal modo que o DP lexical se encontra no domínio de vinculação do vestígio, c-comandando-o. Como o vestígio t_i em (6b) tem propriedades [+an,-pron] e se encontra co-indexado com *uns estudantes*, o Princípio A é satisfeito. Por outro lado, em (5b) a expressão R *uns estudantes* é c-comandada por um elemento com o qual está co-indexado, o que em princípio viola o Princípio C. Entretanto, a observação de que o constituinte que c-comanda a expressão R é um expletivo permite reconciliar uma CADEIA com o Princípio C.

1.3 Belletti (1988)

Belletti (1988) rejeita a proposta de transmissão de caso por CADEIA. Ela assume que o verbo inacusativo perde apenas a capacidade de atribuir acusativo estrutural, e não a capacidade de atribuir caso inerente; a hipótese é que o verbo inacusativo licencia o DP na posição pós-verbal.

Observando as construções transitivas do finlandês, língua com um sistema casual morfologicamente rico, a autora nota que o acusativo não é o único caso que pode marcar um AI. Dependendo da leitura associada a esse argumento, ele pode ser marcado ou por caso acusativo, ou por caso partitivo, como mostra (7):

- (7) a. Hän pani kiriat pöydälle
 Ele pôr os livros (acusativo, plural) sobre a mesa
 “Ele pôs *os livros* sobre a mesa”
- b. Hänpani kirjoja pöydälle
 Ele pôr livros (partitivo, plural) sobre a mesa
 “Ele pôs (*alguns*) *livros* sobre a mesa”

Em (7a) *kiriat* (*os livros*) recebe caso acusativo e apresenta leitura definida; em (7b) *kirjoja* (*alguns livros*) é marcado por caso partitivo, que bastaria para licenciar o DP em posição pós-verbal, e recebe interpretação indefinida.

Da mesma forma que o objeto de transitivos, o objeto de inacusativos também pode ser marcado por partitivo em finlandês, como mostra (8):

- (8) Helsingistä tulee kirjeitä
 de Helsinki chegar cartas (partitivo, plural)
 “Chegaram cartas de Helsinkí”

No finlandês, *tulee* (*chegar*) marca o DP *kirjeitä* (*cartas*) com caso partitivo; esse DP recebe uma interpretação semelhante a *algumas cartas*.

Belletti (1988) propõe que a atribuição de partitivo seja universal, disponível para todas as línguas, mesmo para aquelas que não dispõem de morfologia casual rica. Nessas línguas, o único reflexo do caso partitivo estaria na interpretação: “um DP marcado por partitivo teria sempre uma

interpretação como ‘algum de’, ‘parte de um grupo maior’, seja ele um DP singular ou plural” (Belletti, 1988: 2, nota 4).

Essa hipótese leva em conta que o caso partitivo é um caso inerente³: atribuído juntamente com um papel temático, na Estrutura Profunda, por um núcleo lexical. O fato de a atribuição de caso partitivo se dar juntamente com a atribuição de papel temático traz algumas conseqüências não triviais. A mais importante delas para este trabalho talvez seja a de que o DP marcado por partitivo vai acabar se submetendo ao *Definiteness Effect*, ou Efeito de Definitude (ED).

No italiano, assim como acontece no finlandês, o complemento do verbo inacusativo também deve ser indefinido para receber caso partitivo:

(9) a. *Ali' improvviso è entrato un uomo/*l' uomo dalla finestra*

“De repente, entrou um homem/ o homem pela janela”

b. *All' improvviso un uomo/l' uomo è entrato dalla finestra*

“De repente, um homem/o homem entrou pela janela”

(9a) mostra que o DP que segue o verbo inacusativo somente pode ter a forma de um indefinido (*un uomo*); (9b) mostra que o DP que antecede o verbo pode receber uma leitura indefinida (*un uomo*) ou definida (*l' uomo*).

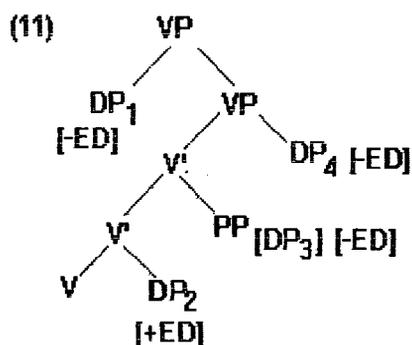
³ Em Chomsky (1986), observa-se a existência de dois tipos de caso sintático: o estrutural e o inerente. O caso estrutural (nominativo e acusativo, por exemplo) é atribuído e realizado na Estrutura Superficial, separadamente da atribuição de papel temático, que se dá na Estrutura Profunda. Podem atribuir caso estrutural núcleos lexicais V e P, ou o núcleo funcional I. O caso inerente, por sua vez, é atribuído na Estrutura Profunda, juntamente com a atribuição de papel temático, e realizado na Estrutura Superficial. Somente núcleos lexicais podem atribuir caso inerente.

Se o ED é uma propriedade da posição de complemento do verbo inacusativo, então ele deve se manifestar em todas as línguas. (10) mostra que o inglês também manifesta ED:

- (10) a. A man/the man is in the garden
 b. There is a man/*the man in the garden

Em (10a), o DP que antecede o verbo pode receber uma leitura indefinida (*a man*) ou definida (*the man*). Em (10b), o DP que segue o verbo somente pode ser indefinido (*a man*).

(9) e (10) estão mostrando que, devido às propriedades casuais dos verbos inacusativos, o ED restringe apenas DPs em posição de AI, isto é, em posição DP₂, como mostra (11):



Numa construção inacusativa, o argumento em DP₂, que se submete ao ED, recebe caso partitivo⁴.

⁴ Em (11), DP₁ indica a posição onde o Sujeito é gerado. Qualquer DP nessa posição não sofre restrições de definitude (veja (10a)), pois se move para Spec IP onde recebe nominativo. DP₃ e DP₄ também indicam posições em que o ED não se manifesta: DP₃ é a posição de um PP como *para a Maria* em *João deu flores para a Maria*; DP₄ é uma posição de adjunção, aparentemente não disponível para o PB, como em **Comeu o João o bolo/ *Tossiu o João*.

A pergunta que surge é: se o argumento em posição DP₂ precisa ser indefinido para receber partitivo, então o que licencia o DP definido *John*, em (12)?

- (12) Nobody around here is worth talking to... well, there is John the
salesman

O DP definido *John* se encontra na posição DP₂ da construção existencial. O que o licencia nessa posição é sua interpretação de membro de uma lista (há uma lista de pessoas merecedoras de papo, e *John* é um membro dessa lista, cf. Belletti, 1988: 15). A hipótese é que essa interpretação de lista também resulta da atribuição de partitivo.

A interpretação de lista possui um caso particular, a interpretação única:

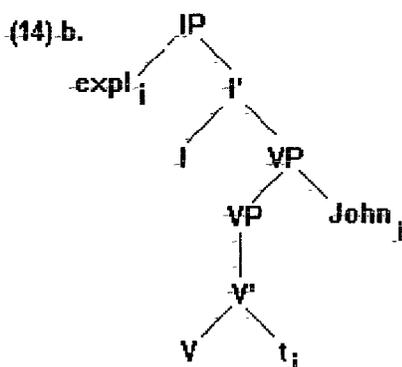
- (13) È stato rubato il portafoglio a Maria
"A carteira da Maria foi roubada"

O que licencia *il portafoglio* na posição DP₂ é sua interpretação única: "assumindo que o conjunto de carteiras que normalmente pertence a uma pessoa inclui um único membro, quando esse membro é pronunciado a lista inteira está completa" (cf. Belletti, 1988: 16). A hipótese é que, assim como a interpretação de lista, a interpretação única também resulta da atribuição de partitivo.

O italiano possui mais um tipo de construção em que um DP definido pode aparecer depois do verbo inacusativo:

- (14) a. È arrivato Gianni
 "Chegou o João"

Numa sentença como (14a), o DP definido *Gianni* não se encontra em DP₂, e sim adjungido ao verbo, na posição DP₄. Dados como o de (14a) levam à conclusão de que a atribuição de partitivo é opcional (Belletti, 1988: 17). A análise proposta é que o DP definido pós-verbal se adjunge à esquerda do verbo, pousando na posição DP₄; na posição de adjunção, o DP vai receber nominativo da flexão, como mostra (14b):



Belletti (1988: 18) rejeita a hipótese de Chomsky (1986) de que a flexão atribui nominativo via CADEIA ao DP que se encontra na posição DP₂, como mostrado em (3a). O nominativo não pode ser atribuído naquela configuração, pois o VP constitui barreira para que a flexão possa reger o DP na posição em que é gerado. Na configuração mostrada em (14b), o VP não é mais barreira para que a flexão atribua nominativo ao DP adjungido ao

VP mais alto, pois apenas categorias inteiras, e não segmentos de categorias, podem se constituir como barreira.

A restrição de definitude que pesa sobre o DP selecionado pelo verbo inacusativo também se manifesta no PB. Considere que as sentenças em (15) são proferidas em início de discurso:

- (15) a. Apareceu um homem no jardim.
 b. *Apareceu o homem no jardim

(15) mostra que o ED é uma propriedade da posição de complemento do verbo inacusativo.

Conforme previsto pela análise, com interpretação de lista, o DP definido *o homem* pode aparecer posposto ao verbo inacusativo:

- (16) Apareceu o homem no jardim.

De acordo com Belletti (1988), o DP definido *o homem* em (16) está sendo licenciado pelo verbo inacusativo, que atribui partitivo ao argumento que se encontra em DP₂.

Em suma: nesta seção, mostramos três propostas para o licenciamento do DP selecionado pelo verbo inacusativo, a de Chomsky (1986), a de Burzio (1986) e a de Belletti (1988). Os dois primeiros assumem que o caso do DP que aparece posposto ao verbo inacusativo é atribuído através de uma CADEIA formada pelo DP e o expletivo que se encontra em

Spec IP. O expletivo recebe nominativo da flexão do verbo inacusativo; e esse caso é transmitido ao argumento via CADEIA. Essa proposta leva em conta que uma CADEIA é marcada por caso se contém exatamente uma posição marcada por caso. O caso do DP que figura anteposto ao verbo é resolvido através do movimento do DP para Spec IP.

Belletti (1988) assume que o verbo inacusativo perde apenas a capacidade de atribuir acusativo, e não a capacidade de atribuir caso partitivo. Nas línguas com morfologia causal pobre, o único reflexo do caso partitivo estaria na interpretação: um DP marcado por partitivo teria sempre uma interpretação indefinida (a interpretação de lista e a interpretação única também refletiriam a atribuição de partitivo a DPs definidos).

A hipótese de que a flexão atribui nominativo via CADEIA é rejeitada, pois o VP constitui barreira para que a flexão possa reger o DP na posição em que é gerado. A proposta é que o nominativo é atribuído ao DP adjungido à direita do verbo; nessa configuração, o VP não é mais barreira para que a flexão atribua nominativo, pois apenas categorias inteiras, e não segmentos de categorias, podem se constituir como barreira.

Na seção seguinte, vamos discutir algumas análises elaboradas de acordo com o PM. Nosso objetivo é verificar como o DP selecionado pelo verbo inacusativo tem suas propriedades casuais conferidas e qual o estatuto do expletivo que se encontra na posição sujeito.

2. Hipóteses construídas de acordo com o Programa Minimalista

As modificações propostas pelo PM à teoria gerativa permitem recolocar algumas questões referentes ao fenômeno da inacusatividade. O licenciamento do DP que acompanha o verbo inacusativo é uma delas: no modelo de Regência e Ligação, esse licenciamento se dava em termos da satisfação de algum princípio, como o da Visibilidade, que regulava a atribuição de caso; no PM, ele depende de checagem de traços. Uma vez que essa checagem só é possível nas relações de concordância ou adjunção, a proposta de que a flexão pode atribuir nominativo à posição pós-verbal deve ser reformulada.

2.1 Chomsky (1995)

Em Chomsky (1995), o caso continua desempenhando um papel importante no licenciamento de DPs, que só podem checar seus traços casuais na posição de especificador. Na sentença de (17), por exemplo, são os traços de caso de *a man* que motivam o movimento desse DP para Spec TP:

(17) A man_i came [_t]

Em Spec TP, o DP checa e apaga seus traços de caso (entre outros) e satisfaz EPP.

Quando não há movimento de DPs, a inserção do expletivo em Spec TP garante que EPP seja satisfeito. O caso do DP é checado depois que

esse argumento se adjunge ao expletivo em LF (cf. Chomsky, 1995: 200). As sentenças em (18) são tomadas como uma evidência para essa análise:

- (18) a. There is [α a strange man] in the garden
 b. There seems to [α a strange man] [that it is raining outside]

Em (18a) a posição em que α se encontra não é própria para checagem de caso, por isso α precisa se mover, adjungindo-se em LF ao afixo *there*. O sintagma identificado por α se encontra, assim, no domínio de checagem da flexão matriz. O sujeito matriz [α -*there*] tem todos os seus traços checados em LF, mas é interpretável somente na posição do vestígio *t* da cadeia (α , *t*).

Em (18b) α checa seus traços de caso dentro do PP, então não pode se mover. O resultado disso é que *there* vai ter todas as suas propriedades morfológicas checadas, mas não vai ter interpretação semântica, pois o DP associado (o sintagma identificado por α) não pode se adjungir a ele. Nos termos de Chomsky (1995: 200), uma derivação dessa natureza, sem movimento do DP associado, converge, mas sem interpretação coerente. Como se vê, no PM mover α se aplica somente se as necessidades de α não puderem ser satisfeitas de outra forma.

A direção da concordância (que pode se estabelecer entre verbo e DP, ou entre verbo e expletivo) em sentenças existenciais do inglês permite caracterizar dois tipos de expletivos:

- (19) a. There are two cats here
 b. *There is two cats here
 c. It is the cup and the wine that I'm asking
 d. *It are the cup and the wine that I'm asking

Em sentenças construídas com *there* (19a, b), o verbo concorda com o DP; em sentenças com *it* (19c, d), a concordância se dá entre verbo e expletivo.

Os fatos mostrados em (19) são interpretados como uma evidência de que *it* porta traços de caso e traços *phi*; enquanto que *there* carrega apenas o traço categorial D para satisfazer EPP. Quando *there* se concatena com T, ele vai tão somente checar o traço D forte em T; quando *it* se concatena com T, ele vai checar traços *phi* e de caso contra T.

A inserção do expletivo é necessária para satisfazer EPP tanto em Chomsky (1995), quanto em Chomsky (1986). Contudo, somente em Chomsky (1986) o expletivo transmitia caso ao DP associado; na análise mais recente, o caso do DP deve ser checado através do movimento do DP para Spec TP. A hipótese de transmissão de caso por CADEIA formada pelo expletivo e DP associado está, então, descartada.

Além da hipótese de transmissão de caso por CADEIA, também está descartada a hipótese de atribuição de partitivo de Belletti (1988)⁵. A primeira admitia que a flexão atribuía caso à posição pós-verbal; e a segunda, que o DP associado recebia caso do verbo inacusativo em configuração núcleo-complemento. Na nova versão da teoria, há apenas

⁵ Apesar de Chomsky (1995) assumir a hipótese partitiva no capítulo 2, no capítulo 4 (Chomsky, 1995: 288), ele descarta essa tese.

duas configurações em que um DP pode satisfazer suas necessidades casuais: concordância ou adjunção.

A análise proposta para o inglês nos leva a pensar que as sentenças inacusativas do PB em que o verbo concorda com o associado são construídas com um expletivo puro semelhante a *there*; e que aquelas em que o verbo concorda com o expletivo possuem um pronome semelhante a *it*. Nesses termos, as sentenças existenciais construídas com *ter* selecionariam um expletivo semelhante a *it*, pois a ausência de concordância morfológica é categórica nesse contexto:

- (20) a. Ontem tinha dois homens esquisitos parados no portão
 b. *Ontem tinham dois homens esquisitos parados no portão

Contudo, a assunção de que as sentenças existenciais desse tipo selecionam um expletivo semelhante a *it* esbarra numa inconsistência. Um expletivo como *it* deve checar traços de caso contra T; o resultado disso é que o DP associado não pode mais checar caso (assumindo que essa checagem acontece em Spec TP), pois T já teve seus traços de caso apagados.

2.2 Viotti (1999)

Viotti (1999) analisa as sentenças existenciais do PB e assume que o único argumento de *ter* existencial checa acusativo no domínio de checagem do verbo. Essa assunção levaria à conclusão de que o PB possui um

expletivo nulo semelhante a *it*, que satisfaz EPP e checa traços de caso contra T. Contudo, ela propõe que os traços D e de caso em T sejam considerados opcionais, de forma que não há necessidade de assumir a existência do expletivo.

Essa análise explica a derivação de sentenças como (21)

- (21) a. São Paulo tinha prédios muito bonitos no início do século
 b. Tinha prédios muito bonitos em São Paulo no início do século

da seguinte forma: quando *ter* seleciona argumento externo, como em (21a), a categoria T contém traços D fortes e traços de caso. Os traços D são responsáveis pelo movimento do DP *São Paulo* para Spec TP, satisfazendo EPP e garantindo a checagem dos traços de caso (como *free riders*). Quando *ter* não seleciona argumento externo, que foi “sombreado ou se tornou *default* e é realizado como um adjunto à projeção máxima do verbo” (cf. Viotti, 1999: 159), como em (21b), os traços D e de caso não estão presentes em T. O movimento do DP para T não é necessário, e os traços de caso desse argumento são checados contra o verbo existencial.

As demais sentenças inacusativas de ordem [V DP]⁶ são analisadas da mesma forma que a sentença impessoal mostrada em (21b): em todas

⁶ Ela se refere a sentenças como as de (i):

- (i) a. Faz uns barulhos muito chatos no motor do meu carro
 b. Grava os menores ruídos naquele gravador digital
 c. Dá umas pitangas bem gostosas na chácara de Ibiúna
 d. Chegaram umas cartas hoje cedo

elas, T não portaria nem traços D fortes, nem traços de caso. Nas sentenças inacusativas de ordem [DP V], como em (22),

(22) Os descontos entraram na folha deste mês

T teria traços D fortes e traços de caso, como acontece em (21a). Os traços fortes em T seriam responsáveis pelo movimento de os *descontos* para Spec TP.

A ausência de concordância morfológica entre verbo inacusativo e DP posposto que aparece em (21b) é explicada em termos do movimento coberto do associado. É possível que, quando o movimento ocorre em LF, os traços *phi* não se manifestem concretamente (cf. Chomsky, 1995: 277; *apud* Viotti, 1999: 248, nota 20).

A hipótese da opcionalidade dos traços em T está prevista pelo PM, pois a tipologia de traços estabelece a existência de traços opcionais e intrínsecos. Traços fortes são considerados opcionais, adicionados ao item lexical quando ele entra na Numeração. Nomes, verbos e categorias funcionais seguem esse padrão: uma categoria funcional como T, por exemplo, tem como traço opcional o traço D; e como traço intrínseco o traço de caso (que pode ser nominativo ou nulo) (cf. Chomsky, 1995: 235-241).

Um problema para a hipótese de Viotti (1999) é modificar a natureza do traço de caso em T: de intrínseco para opcional. Contudo, essa questão é resolvida com base na falta de relevância que a distinção na natureza dos

(1a, b, c) são sentenças “sem sujeito”; e (1d) são sentença com sujeito posposto (Viotti, 1999: 252-257).

traços tem para o PM (cf. Chomsky, 1995: 277). O problema que, a nosso ver, parece de fato persistir leva em conta que, se os traços de T são opcionais, então EPP pode ser parametrizado no PB. Nos termos dessa análise, parece que EPP precisa ser satisfeito apenas nas sentenças do tipo [DP V] (em que T teria traço D forte), e não nas do tipo [V DP] (em que T teria traço D fraco).

2.3 Cardinaletti (1997)

De acordo com a hipótese de Cardinaletti (1997) (*Nominative Agreement Hypothesis*, NAH), a informação de caso nominativo no expletivo é a propriedade que determina se o verbo concorda ou com o associado, ou com o expletivo. A concordância depende da natureza do expletivo: o verbo concorda com o expletivo se e somente se o expletivo na posição sujeito tem forma diferente do expletivo na posição objeto. Em línguas em que o verbo concorda com o DP, o expletivo vai ter a mesma forma quer seja usado como sujeito, quer seja usado como objeto.

Observe (23):

(23)	a. <i>Il</i>	<i>arrive/*arrivent</i>	<i>trois filles</i>
	b. <i>pro</i>	<i>*arriva/arrivano</i>	<i>tre ragazze</i>
	c. <i>There</i>	<i>*arrives/arrive</i>	<i>three girls</i>

O verbo concorda com o expletivo em (23a) do francês; e com o DP associado em (23b) do italiano e (23c) do inglês. Em francês, *il* é usado

exclusivamente como a forma nominativa, por isso desencadeia concordância verbal (*le* é a forma acusativa). Em italiano e em inglês, *pro* e *there* não são exclusivamente nominativos, o que faz com que a concordância se estabeleça entre verbo e DP associado.

Em sentenças em que o expletivo não porta informações de caso nominativo (23b, c), o DP associado se move em LF e checa traços de caso contra T; quando o associado está no domínio de checagem da flexão, a concordância entre verbo e DP é desencadeada. Em sentenças em que o expletivo possui traços de nominativo (23a), é o expletivo que checa os traços de caso contra T, de forma que o associado não pode se mover.

Esse estado de coisas está de acordo com a predição de Chomsky (1995: 288) de que a concordância entre verbo e DP ocorre somente se o expletivo não possui traços de caso nem traços *phi*. Se o expletivo possui traços de nominativo, é ele que concorda com o verbo. Uma análise dessa natureza apresenta o problema apontado na seção 2.1: quando o expletivo checa traços de caso contra T, o associado não vai ter contra quem checar seu caso (assumindo que o associado checa caso em Spec TP).

Os dados do PB apresentam mais um problema para a hipótese de Cardinaletti (1997). A generalização segundo a qual a concordância se estabelece entre verbo e DP quando o expletivo nominativo tem a mesma forma que o expletivo acusativo parece não se aplicar ao PB:

- (24) a. *pro* Entrou três caras
b. Todo esse barulho não deixa *pro* pensar

Em (24a) *pro* é projetado em Spec AgrP, mas não em (24b). No PB, assim como no italiano e no inglês, as formas nominativa e não-nominativa do expletivo são idênticas; contudo em (24a) a concordância não se estabelece entre verbo e DP associado. De fato, a NAH não se aplica ao PB que, por um lado, assemelha-se ao italiano por não distinguir as formas nominativa e não-nominativa do expletivo; por outro, assemelha-se ao francês: a concordância verbal pode se dar entre verbo e expletivo.

A NAH prediz que os DPs que concordam com o verbo podem controlar o sujeito de uma sentença encaixada:

- (25) a. There entered two men without identifying themselves
 b. Sono entrati due uomini senza neanche identificarse
 c. *[?]Il est entré trois hommes sans s'excuser

DPs que concordam com o verbo, como em (25a, b), movem-se (em LF) para uma posição pré-verbal, parando em uma posição de onde c-comandam PRO da encaixada. Associados que não concordam com o verbo, como em (25c), não se movem, de forma que não podem c-comandar PRO da encaixada. Dito de outra forma, sujeitos pré-verbais sempre controlam PRO da encaixada; mas sujeitos pós-verbais controlam PRO somente quando concordam com o verbo.

Mais uma vez a predição da NAH não se aplica aos dados do PB:

- (26) a. Entraram dois homens sem PRO se identificar
 b. Entrou dois homens sem PRO se identificar

Em (26a) *dois homens* se move em LF e controla PRO; em (26b) *dois homens* não desencadeia concordância verbal, logo não se move e não pode controlar PRO. O esperado, conforme a NAH, é que (26b) fosse agramatical; o que não é o caso.

2.4 Lasnik (1999)

Lasnik (1999) reconstrói as propostas de Belletti (1988) e de Lasnik (1992) nos termos do PM. Ele assume que o caso do DP selecionado pelo verbo inacusativo não é transmitido por CADEIA, tampouco depende do movimento desse DP; e que a inserção do expletivo serve apenas para satisfazer EPP.

Lasnik (1992) sustenta a hipótese de Belletti (1988) e fornece evidências de que até mesmo os argumentos associados a expletivos devem ter seu caso licenciado por um licenciador apropriado. Essa análise é evidenciada por sentenças como (27):

- (27) a. There is likely [*t* to be someone here]
 b.*There is likely [someone to be here]

De acordo com Chomsky (1986), a CADEIA em (27a) é formada por três membros: *there*, *t* e *someone*; o nominativo é atribuído de *there* para

someone através do vestígio de *there*. Em (27b), a CADEIA é composta apenas por dois membros: *there* e *someone*. Mas se *someone* consegue seu caso através de *there* em (27a), por que o mesmo não pode acontecer em (27b)?

Lasnik (1992) responde essa pergunta assumindo que o caso de *someone* em (27a) é atribuído pelo verbo *be*, e não através da relação entre argumento e expletivo. Uma vez que essa atribuição se dá por regência, (27b) é agramatical porque aí *someone* não é regido por nenhum atribuidor. Embora o expletivo possa receber caso em qualquer uma das sentenças de (27), isso não garante que o DP de (27b) receba seu caso. A inserção do expletivo em sentenças como (27) serve apenas para satisfazer EPP

A análise sustenta a tese de Belletti (1988) de que verbos inacusativos podem atribuir caso partitivo. Se esse caso for inerente, conforme propõe Belletti (1988), então ele deve ser checado *in situ*; mas se estivermos às voltas com um caso estrutural, como sustenta Lasnik (1999), então ele deve ser checado no especificador de AgrP (em LF), da mesma forma que o nominativo é checado no especificador de AgrsP.

Belletti (1988) mostra que o partitivo é um caso inerente porque envolve necessariamente uma relação temática entre o licenciador e o licenciado; logo, deve ser atribuído em configuração núcleo-complemento. Observe (28), (29) e (30):

- (28) a. È stato messo un libro sul tavolo
 Tem sido colocado um livro sobre a mesa
 “Foi colocado um livro sobre a mesa”
- b. *È stato messo il libro sul tavolo
 Tem sido colocado o livro sobre a mesa
 “Foi colocado o livro sobre a mesa”

(28) mostra que verbos na passiva licenciam apenas argumentos não definidos (*un libro*, em (28a)). Conforme Beiletti (1988), essa manifestação do Efeito de Definitude⁷ indica que o caso que está sendo atribuído em (28a) é um caso inerente.

Depois disso, ela mostra que certos verbos como *considerare* podem atribuir acusativo excepcional ao DP sujeito da SC complemento:

- (29) Ho sempre considerato [sc Gianni intelligente]
 “Tenho sempre considerado Gianni inteligente”

Mas quando *considerare* é apassivado, não pode mais tomar uma SC como complemento:

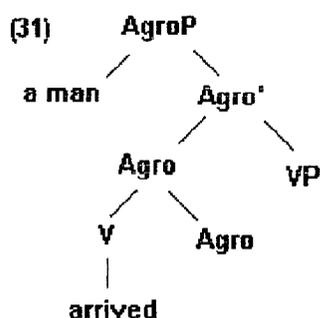
- (30) *Sono considerati [alcuni studenti intelligenti]
 São considerados alguns estudantes inteligentes

⁷ Para detalhes sobre o Efeito de Definitude, ver a seção 1.3, neste capítulo.

A agramaticalidade de (30) é explicada em termos da impossibilidade de o verbo atribuidor de caso marcar tematicamente *alcuni studenti*, que recebe papel temático de *intelligenti*. Os dados em (28), (29) e (30) levariam à conclusão de que o partitivo é de fato um caso inerente.

Lasnik (1999) aceita a hipótese de que o DP que acompanha o verbo inacusativo checa caso partitivo contra o verbo, mas assume que esse é um caso estrutural. Ele interpreta a distinção entre caso inerente e estrutural levando em conta o novo formato atribuído à gramática pelo PM: se Estruturas Profunda e Superficial deixam de existir como níveis de interface em Chomsky (1995), então a diferença entre caso inerente e estrutural se reduz à exigência configuracional e à necessidade de marcação temática (cf. Lasnik, 1999: 86).

Essa diferença é eliminada através da assunção de que o caso inerente pode ser checado em configuração Spec-núcleo, assim como o nominativo e o acusativo estrutural. Um verbo inacusativo como *to arrive* seria representado como mostra (31):



Em (31), a adjunção do verbo inacusativo ao núcleo Agro cria uma configuração em que o verbo se encontra numa posição onde pode checar os traços de caso do DP que está no especificador de AgroP, e, ao mesmo tempo, marcar tematicamente esse DP.

A dificuldade está em explicar como a marcação temática acontece em sentenças como (32), construída com um verbo existencial:

- (32) There will be [a man available]
 “Haverá um homem disponível”

Em (32), *be* não possui papel temático para atribuir porque é um verbo leve (incompleto do ponto de vista temático, pois não estabelece nenhuma relação temático-predicativa com seu argumento). Saito e Hoshi (1994) (*apud* Lasnik, 1999: 87) propõem que, nos casos em que um verbo leve precisa marcar tematicamente um argumento, o predicador mais próximo do verbo leve se adjunge a ele em LF, e o resultado é uma configuração própria para a marcação temática. Nesses termos, a adjunção de *available* a *be*, em (32), e o movimento desse complexo para o núcleo Agro combina os traços de caso de *be* com as propriedades de marcação temática de *available*. Com o movimento de *a man* para Spec AgroP, todas as exigências para o licenciamento de partitivo como um caso estrutural são satisfeitas.

A proposta de que o verbo inacusativo e o DP checam caso estrutural em Spec AgroP resolve o problema do caso do DP associado ao expletivo *it*. Se *it* checa traços de caso contra T, o DP associado não pode mais checar

seus traços de caso em Spec TP. A assunção de que o DP checa esses traços contra o verbo inacusativo soluciona o problema.

Numa análise dessa natureza, a inserção do expletivo serve apenas para satisfazer EPP. Apesar de o DP associado conseguir seu caso sem necessidade de se movimentar, a natureza afixal do expletivo continuarla exigindo esse movimento. Lasnik (1981; *apud* Lasnik, 1999) postula que todos os afixos sem interpretação temática⁸ devem ser adjungidos a um elemento apropriado; essa é uma restrição morfológica que opera inclusive em LF. Se o DP associado não se adjungir ao expletivo, a derivação não vai convergir.

3. Conclusão

Neste capítulo, discutimos algumas análises propostas para sentenças construídas com verbos inacusativos. Damos relevância especial a dois problemas: a checagem de traços do DP que é selecionado pelo verbo inacusativo, ou que aparece no constituinte selecionado por ele; e a natureza do expletivo inserido no especificador de AgrP em estruturas com posposição do DP ao verbo.

O capítulo foi dividido em duas seções. A primeira tratou de análises elaboradas de acordo com a teoria de Regência e Ligação (Chomsky, 1986; Burzio, 1986; e Belletti, 1988). A segunda abordou análises elaboradas conforme o modelo proposto pelo PM (Chomsky, 1995; Viotti, 1999; Cardinaletti, 1997; e Lasnik, 1999).

⁸ Tradução de *freestanding affixes* (Lasnik, 1999: 34).

Burzio (1986) e Chomsky (1986) assumem que o caso do DP que segue o verbo inacusativo é transmitido pelo expletivo, através de uma CADEIA do tipo [expletivo, DP]. O expletivo vai precisar de caso para satisfazer as exigências casuais do argumento associado a ele; e o movimento do DP ocorre para satisfazer o Princípio da Interpretação Plena.

Belletti (1988) propõe que o verbo inacusativo pode opcionalmente atribuir caso partitivo (inerente). Nas línguas que não possuem morfologia casual rica, a atribuição do caso inerente estaria refletida apenas na restrição de definitude imposta sobre o DP que recebe esse caso.

Chomsky (1995) propõe que o caso do DP que acompanha o verbo inacusativo deve ser checado em Spec TP (em sintaxe aberta ou em LF). *There* é analisado como um expletivo puro, portador apenas de traços D; diferentemente de *it*, que é interpretado como um expletivo que porta traços de caso e traços *phi*. Essa hipótese parece criar um problema para a checagem dos traços de caso do DP associado ao expletivo *it*: depois da adjunção do expletivo a T, o DP não pode mais checar seus traços de caso contra T.

Viotti (1999) assume que o único argumento de *ter* existencial checa acusativo no domínio de checagem do verbo. Ela propõe que os traços D e de caso em T sejam considerados opcionais, e que não há necessidade de assumir a existência do expletivo. Nesses termos, em sentenças em que *ter* seleciona argumento externo, e em inacusativas com DP anteposto ao verbo, T teria traços de caso e traço D forte; em sentenças existenciais com

ter, e em inacusativas com DP posposto ao verbo, T não teria nem traços de caso, nem traço D.

Cardinaletti (1997) propõe que a informação de caso nominativo no expletivo é a propriedade que determina se o verbo concorda ou com o argumento, ou com o expletivo. A concordância depende da natureza do expletivo: o verbo concorda com o expletivo se e somente se o expletivo na posição sujeito tem forma diferente do expletivo na posição objeto. Em línguas em que o verbo concorda com o associado, o expletivo vai ter a mesma forma, quer seja usado como sujeito, quer seja usado como objeto.

Lasnik (1999) reconstrói as propostas de Belletti (1988) e de Lasnik (1992) nos termos do PM. Ele quer mostrar que o expletivo não desempenha nenhum papel no licenciamento do caso do DP associado, já que esse caso é checado contra o verbo inacusativo. Essa checagem se dá em Spec AgroP, numa configuração própria de um caso estrutural, mas capaz de satisfazer as exigências temáticas específicas do caso partitivo.

Apesar de o expletivo não interferir na checagem dos traços de caso do associado, ele continua sendo postulado como uma forma de satisfazer EPP. A natureza afixai do expletivo exige o movimento do associado em LF; essa restrição morfológica opera inclusive em LF. Se o associado não se adjungir ao expletivo em LF, a derivação não vai convergir.

Capítulo V

A Análise

0. introdução

1. Os pressupostos

1.1 A checagem

1.2 A estrutura da sentença

2. A análise

2.1 Análise das sentenças construídas com inacusativos que selecionam apenas um argumento

2.2 Análise das sentenças construídas com inacusativos que selecionam mais de um argumento

3. Conclusão

0. Introdução

Nos dois capítulos anteriores, separamos os verbos inacusativos do PB em duas grandes classes: a dos inacusativos que selecionam apenas um argumento; e a dos inacusativos que podem selecionar mais de um argumento. Dividimos a primeira classe de acordo com o tipo de argumento selecionado, que pode ou não ser um DP; e mostramos que a segunda classe é composta por verbos biargumentais que podem ser reduzidos a verbos de um argumento apenas.

Depois disso, discutimos algumas análises propostas para sentenças construídas com verbos inacusativos. Considerando que as hipóteses examinadas não são satisfatórias para explicar alguns dados do PB,

principalmente no que se referem à concordância entre verbo e DP e à natureza do expletivo inserido em Spec AgrP, vamos agora propor uma análise para as sentenças construídas com os verbos inacusativos descritos até aqui. Antes, contudo, vamos expor brevemente alguns pressupostos teóricos que estaremos assumindo ao longo deste capítulo.

1. Os pressupostos

Nosso objetivo nesta seção é expor a estrutura da sentença e mostrar como se dá a checagem de traços na representação adotada. Basicamente, nos restringiremos à estrutura assumida em Chomsky (1995)¹, em que concordância e caso são manifestações das relações Spec-núcleo e núcleo-núcleo.

1.1 A checagem

Estamos considerando que, conforme Chomsky (1995), para um DP ser licenciado, ele precisa checar seus traços contra núcleos funcionais, em relação de concordância (relação entre um núcleo e seu especificador) ou de adjunção (relação entre dois núcleos ou entre um núcleo e uma categoria máxima). Disso decorre que as posições que interessam para a checagem são a posição de especificador e a posição de adjunto.

DPs podem checar traços de caso no especificador de AgrP. Se DPs checam traços em Spec Agr, então a checagem de caso contra o DP que é o objeto sentencial não pode mais se dar em relação de regência. O

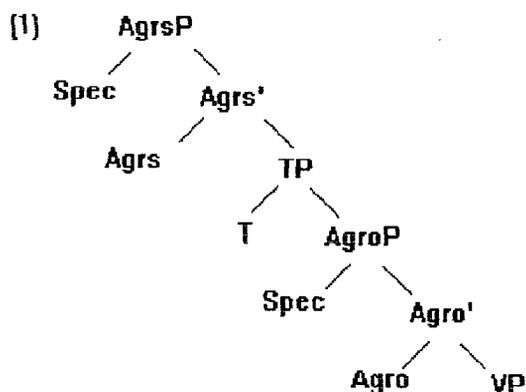
¹ Incluímos aqui o capítulo 3 de Chomsky (1995), publicado também como Chomsky (1993).

acusativo, assim como o nominativo, deve ser verificado em relação de concordância.

Ao contrário do que acontecia na versão anterior da teoria (em Regência e Ligação), em que a regra Mova- α se aplicava livremente, no Programa Minimalista (PM) o movimento é motivado pelas necessidades de um elemento em função de seus traços. O movimento no PM é o último recurso para a convergência de uma derivação.

1.2 A estrutura da sentença

Vamos admitir que a estrutura da sentença seja aquela proposta em Chomsky (1995: 173), que está mostrada em (1):



Considere que caso e concordância são manifestações da relação Spec-núcleo; e que as propriedades casuais dependem também das características de T e de V. Suponha, então, que T se move para Agrs, formando (2a); e que V se move para Agro, formando (2b):

(2) a. [_{Agr s}T Agrs]

b. [_{Agro}V Agro]

O contraste entre caso nominativo e caso acusativo resulta da adjunção de T a Agrs (2a) e de V a Agro (2b), respectivamente. O nominativo está associado aos traços de T, assim como o acusativo está associado aos traços de V.

Há uma simetria entre Agrs e Agro: a relação entre sujeito ou objeto e verbo é mediada por Agr; a concordância é determinada pelos traços *phi* de Agr, e o caso é determinado pelo elemento que se adjunge a Agr (T ou V). Conforme Chomsky (1995: 176), quando o VP contém apenas um DP, um dos dois Agr estará inerte ou ausente: se somente Agrs está presente numa língua nominativa, então o único argumento que aparece na sentença tem as características do sujeito de um verbo transitivo; se somente Agro está presente em uma língua ergativa, então o DP único tem as características do objeto de um verbo transitivo². A distinção entre língua nominativo-acusativa e ergativo-absolutiva está refletida em termos de qual Agr está presente quando o VP contém apenas um DP, e parece se reduzir a diferenças morfológicas.

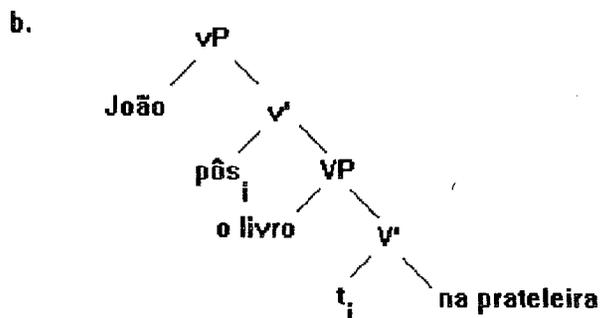
O VP é representado através de uma estrutura oracional já mencionada nos capítulos 2 e 3, mas que convém ser lembrada. Essa estrutura oracional é formada por um VP lexical, que é selecionado por um

² É oportuno observar a possibilidade de somente Agro estar presente numa língua nominativa, e de somente Agrs estar presente numa língua ergativa. No primeiro caso, o argumento único vai ter as características do objeto de um verbo transitivo, e o verbo vai ser inacusativo; no segundo caso, o único argumento que aparece na sentença vai ter as características do sujeito de um verbo transitivo, e o verbo vai ser intransitivo. Estruturas desse tipo determinam uma cisão na tipologia casual das línguas.

vP abstrato, de natureza afixal (Larson, 1988). “Os argumentos internos ocupam as posições de especificador e complemento de V; o argumento externo não pode ser mais baixo que [Spec, v]” (cf. Chomsky, 1995: 315). Dito de outro modo, os argumentos sem papel temático Agente são projetados como especificador e complemento do verbo lexical, e o argumento com função temática agentiva é projetado como especificador do verbo abstrato.

Nos termos dessa análise, um verbo como *pôr* pode ser representado como em (3b):

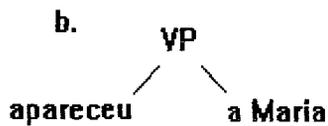
(3) a. João pôs o livro na prateleira



(3b) mostra que *pôs* se adjunge a v. É a natureza afixal do verbo abstrato que exige a adjunção do verbo lexical ao núcleo v.

Verbos inacusativos são os únicos que projetam uma estrutura simples para o VP, pois não projetam argumento agentivo em Spec vP, como mostra (4b):

(4) a. A Maria apareceu



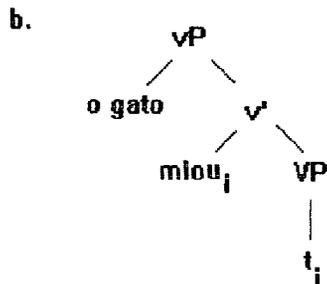
O DP que recebe papel temático Tema, a *Maria*, é projetado como complemento do verbo inacusativo, pois é a categoria irmã do núcleo V³.

O fato de o argumento Tema ser sempre projetado no VP lexical, quer se trate de um verbo transitivo (3b) ou de um verbo inacusativo (4b), está de acordo com a hipótese de atribuição temática uniforme (*Uniform Theta Assignment Hypothesis*, UTAH; de Baker, 1988). Conforme a UTAH, os princípios da Gramática Universal correlacionam a estrutura temática com a estrutura sintática de maneira uniforme, de forma que argumentos que desempenham a mesma função temática com respeito a um dado predicador ocupam a mesma posição na sintaxe. Aplicando a UTAH à análise do VP oracional, projetamos argumentos Agentes em Spec vP, e argumentos não agentivos como complemento e especificador de VP.

Nesses termos, o argumento único de um verbo intransitivo deve ser projetado no especificador do vP abstrato, como mostra (5b):

³ Em Raposo (1999: 255, nota 21), lê-se: “o complemento da construção’ é a categoria irmã do núcleo”.

(5) a. O gato miou



O DP *o gato* é projetado no especificador de vP, pois recebe papel temático Agente.

A representação que estamos propondo para os verbos intransitivos em (5b) segue Chomsky (1995: 241-248), que assume Hale & Keyser (1993). Para evitar que a representação de um verbo intransitivo seja igual a de um verbo inacusativo, Chomsky (1995) assume que os intransitivos são implicitamente transitivos, formados a partir da incorporação de um nome cognato ou nulo ao verbo. Como mostramos no capítulo 2., o nome se incorpora ao verbo e forma um VP equivalente ao verbo intransitivo. Esse VP se combina com o verbo abstrato e projeta v', que se combina com um argumento agentivo e projeta vP. Essa derivação garante que o DP agentivo selecionado pelo verbo intransitivo seja projetado em Spec vP.

As representações assumidas em (4b) e (5b) diferenciam intransitivos de inacusativos da seguinte forma: intransitivos, mas não inacusativos, projetam Spec vP. Em (5b), o intransitivo *miou* se combina com o verbo abstrato; a projeção v' resultante se combina com o *gato*, que é projetado em Spec vP. Em (4b), o inacusativo *apareceu* se combina diretamente com

a *Maria*, projetando a categoria máxima VP; em (4b) não há projeção de V', tampouco projeção de especificador.

2. A análise

As análises que discutimos no capítulo 4. não conseguem explicar satisfatoriamente pelo menos dois problemas apresentados pelas sentenças inacusativas do PB: a possibilidade de o DP posposto não desencadear a concordância verbal e a natureza do expletivo inserido no especificador de AgrsP. Nosso objetivo agora é propor uma análise que responda a essas duas questões e mostre como é checado o caso do(s) DP(s) selecionado(s) pelo verbo inacusativo.

A seção 2.1 apresenta uma análise para as sentenças construídas com verbos inacusativos que selecionam apenas um argumento (DP ou não DP); e a seção 2.2, uma análise para as sentenças que apresentam verbos inacusativos que selecionam mais de um argumento DP, os verbos psicológicos. Os pressupostos teóricos expostos acima valem para ambas as seções.

2.1 Análise das sentenças construídas com inacusativos que selecionam apenas um argumento

Suponha que um verbo como *chegar* seleciona um DP indefinido; as possibilidades de ordenação entre os constituintes estão mostradas em (6):

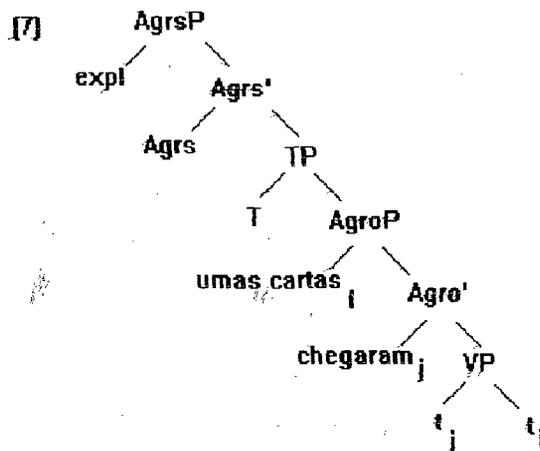
- (6) a. Umas cartas chegaram
 b. *expl* Chegaram umas cartas

O movimento⁴ visível de *umas cartas* em (6a) indica que esse DP checa traços de nominativo e de concordância contra o especificador de AgrsP. Para que esses traços estejam disponíveis naquela posição, é preciso que V se adjunja a T, e que o complexo [V+T] se adjunja ao núcleo Agr.

Quando não há movimento visível do DP, como em (6b), estamos assumindo que o DP pós-verbal checa traços de partitivo. A análise pode ser construída em termos minimalistas se seguirmos Lasnik (1999), e assumirmos que o partitivo é um caso estrutural, checado em LF, no especificador de AgroP, de forma semelhante que o nominativo é checado no especificador de AgrsP. A proposta é que a checagem de partitivo estrutural acontece em relação Spec-núcleo, numa configuração em que o verbo pode marcar tematicamente o DP (como mostramos no capítulo 4., se a atribuição temática não acontece, o caso partitivo não pode ser checado).

A adjunção do verbo inacusativo ao núcleo Agro cria uma configuração em que o verbo pode marcar tematicamente o DP que está no especificador de AgroP, ao mesmo tempo em que checa os traços de caso desse DP. Nesses termos, uma sentença como (6b) pode ser representada como em (7):

⁴ Conforme dito no capítulo II, no PM, movimento é cópia; isso quer dizer que o vestígio deixado no lugar de origem do movimento é uma cópia do elemento movido, apagada por um princípio da componente PF no caso do movimento visível (ver Chomsky, 1995: 202; e, para uma discussão aprofundada, ver Nunes, 1995).



(7) mostra que o DP indefinido checa traços de caso em Spec AgroP⁵, e que EPP é satisfeito através da inserção de um expletivo em Spec AgrsP.

Quando o DP aparece na posição pré-verbal, há apenas um Agr ativo, que é AgrsP; quando o DP aparece depois do verbo, há dois Agr ativos, AgrsP e AgroP. Um verbo inacusativo, assim como um transitivo, pode ser subcategorizado por AgroP. Quando AgroP subcategoriza um verbo transitivo, a adjunção do verbo ao núcleo Agro permite que o DP cheque acusativo em Spec AgroP; quando AgroP subcategoriza um verbo inacusativo, o complexo formado pela adjunção do verbo inacusativo ao núcleo Agro permite que o DP cheque traços de partitivo em Spec AgroP.

A Numeração de (6b) contém um elemento a mais que a de (6a), um expletivo projetado em Spec AgrsP. Com base na análise de Chomsky (1995: 288) para o inglês, vamos considerar a possibilidade de que o expletivo do PB seja semelhante a *it*, um expletivo que carrega traços de caso e traços categoriais (entre outros). Quando se combina com Agrs, o expletivo checa os traços categoriais e os traços de caso de T (que está

⁵ Para derivar a ordem linear que se vê em (6b), é preciso supor que o DP se move em sintaxe coberta, mas que o movimento do verbo acontece em sintaxe visível.

adjungido a Agrs), satisfazendo EPP. Uma derivação desse tipo poderia gerar um problema para a checagem do caso do DP, se não fosse a proposta de Lasnik (1999) de que essa checagem acontece em Spec AgroP.

A presença do expletivo em (6b), mas não em (6a), e o fato de que ambos os Agr estão ativos apenas em (6b) mostra que a alternância na ordem [DP V]/[V DP] não é opcional. (6a) e (6b) são de fato sentenças distintas uma da outra.

A direção da concordância verbal é mais um fator que diferencia as sentenças em questão. DPs antepostos ao verbo sempre desencadeiam a concordância verbal; DPs pospostos podem ou não concordar morfológicamente com o verbo:

(8) a. Umas cartas chegaram/*chegou

b. Chegaram/chegou umas cartas

Considere a possibilidade de que o movimento visível do DP em (8a) para o especificador de AgrsP faz com que a concordância morfológica seja obrigatoriamente desencadeada; e que o movimento coberto do DP em (8b) para Spec AgroP cria a possibilidade de que tal concordância não se manifeste concretamente⁶. Essa consideração está de acordo com Chomsky (1995: 277), que chama a atenção para o fato de que existe uma tendência para os traços *phi* se manifestarem concretamente quando o movimento é visível; e não se manifestarem concretamente quando a elevação para o

⁶ Essa análise também é assumida por Viotti (1999), como mostramos no capítulo 4.

domínio de checagem ocorre em LF (como acontece com a concordância verbal com sujeito – e não com o objeto – em línguas nominativas).

Outra explicação para o contraste em (8) pode estar na hipótese da opcionalidade dos traços *phi*, prevista em Chomsky (1995: 277). (8) mostra que, quando o verbo não carrega traços de concordância (de número, pelo menos), o DP não pode se alçar para Spec AgrsP. Isso parece indicar que, quando os traços de concordância não estão presentes nos itens que entram na Numeração, verbo e DP param em AgroP⁷.

Suponha agora que um verbo como *aparecer* seleciona um DP definido. As duas possibilidades de ordenação entre os constituintes estão em (9):

- (9) a. As cartas apareceram
 b. *expl* Apareceram as cartas

A restrição de definitude que pesa sobre os DPs que checam caso partitivo nos leva a analisar (9b), com um DP pós-verbal definido, diferentemente de (6b), com um DP pós-verbal indefinido. Considere, contudo, que o DP *as cartas* em (9b) pode estar recebendo interpretação de lista (cf. Belletti, 1988). Se esse for o caso, podemos assumir que (9b) pode ser derivada de forma semelhante a (6b), em que o DP pós-verbal checa traços de partitivo em AgroP.

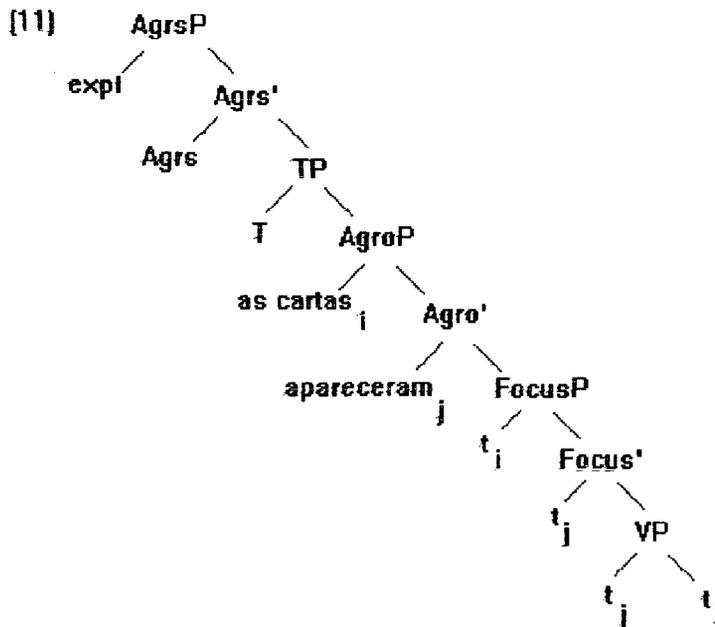
⁷ Enquanto que a discordância de número é tolerada nas construções inacusativas do PB, a de pessoa não o é, como mostra o contraste entre *Chegou umas cartas* de (9b) e **Chegou nós*. Parece que a concordância de número é uma concordância mais fraca que a de pessoa, e pode, com mais facilidade, não estar presente nos itens que entram na Numeração.

Se *as cartas* em (9b) estiver recebendo interpretação de lista, a sentença pode ser parafraseada como mostra (10):

(10) Não apareceu nada ontem... bem, apareceram as cartas

(10) sugere que há uma lista de coisas que podem ter aparecido, e *as cartas* é um membro dessa lista. Se essa for a interpretação atribuída ao DP *as cartas* em (9b), então o DP em questão checa partitivo contra o verbo em *AgroP*, pois, conforme Belletti (1988), essa interpretação de lista também resulta da checagem de caso partitivo.

Considere agora a possibilidade de que a posição pós-verbal do DP definido *as cartas* em (9b) sugere uma interpretação focalizada. Essa interpretação nos permite assumir a presença de mais uma categoria funcional capaz de checar os traços de foco do DP em questão. Em Belletti (2001), a interpretação focalizada (ou topicalizada) dos DPs pós-verbais está refletida na configuração sintática em que esses DPs estão inseridos. Essa análise assume que argumentos focalizados ocupam o especificador de *FocusP*, uma categoria funcional capaz de licenciar DPs. De acordo com essa proposta, (9b) pode ser derivada como em (11):



(11) mostra que o DP definido pós-verbal checa traços de caso partitivo em Spec AgroP (em sintaxe coberta), passando por Spec FocusP, onde checa traços de foco.

Vamos considerar agora as sentenças em que o argumento selecionado pelo verbo inacusativo não é um DP. Suponha, então, que um verbo como *parecer* seleciona um CP:

(12) Parece [_{CP} que a Maria fala demais]

(12) mostra que o DP *a Maria* não pode sair do CP⁸: esse DP checa traços de nominativo contra a flexão do verbo encaixado. Se estão presentes todas as condições de licenciamento dentro do CP, então o DP não precisa e, portanto, não pode sair do CP.

Quando o CP contém um verbo existencial, como em (13)

⁸ Vale lembrar que esse julgamento leva em conta a sentença proferida em contexto neutro.

(13) Parece que existe fogo no centro da terra

a posição pós-verbal do DP encaixado nos leva a admitir que esse DP checa partitivo contra o verbo existencial.

(14) mostra sentenças em que o verbo inacusativo seleciona um constituinte complexo com características distintas das de um CP:

(14) a. A Maria_i deve [_{t_i} contar mentiras]

b. A Maria_i é [_{t_i} mentirosa]

Em ambas as sentenças de (14), o DP *a Maria* checa traços de nominativo em Spec AgrsP. Se esse DP não se alçar da sua posição de base, a sentença será mal formada, pois não há como *a Maria* checar traços de caso na posição em que se encontra. Esses são contextos tradicionalmente conhecidos como de apagamento de CP, em que o DP encaixado pode ser alçado para a sentença matriz.

A representação de um verbo inacusativo que seleciona apenas um argumento, independentemente de esse argumento ser ou não um DP, projeta uma estrutura simples para o VP. Essa representação segue a UTAH e projeta o argumento não agentivo como complemento do verbo lexical.

Resumindo, nossa análise está assumindo que, quando um verbo inacusativo seleciona apenas um DP que figura na posição pré-verbal, o DP checa traços de nominativo em Spec AgrsP (em sintaxe visível); quando um verbo inacusativo seleciona apenas um DP que figura na posição pós-verbal, o DP checa traços de partitivo em Spec AgroP (em sintaxe coberta). No

primeiro caso, há apenas um Agr ativo na sentença, AgrsP, em cujo especificador acontece a checagem de caso; no segundo caso, há dois Agr ativos, AgroP e AgrsP. Em Spec AgroP, o DP checa seus traços; em Spec AgrsP, a inserção de um expletivo garante a satisfação de EPP.

Quando um verbo inacusativo seleciona um CP, o DP encontra dentro do CP as condições necessárias para checar seu caso e não sai da sentença encaixada. Quando o argumento selecionado pelo inacusativo é um constituinte complexo com características distintas das de um CP, o DP se alça para Spec AgrsP da sentença matriz. Nos contextos de alçamento, o DP encaixado não tem como checar seus traços relevantes sem movimento. Quando o verbo encaixado é um inacusativo, assume-se que o DP checa partitivo contra o verbo existencial.

2.2 Análise das sentenças construídas com inacusativos que selecionam mais de um argumento

Em (15), *assustar* seleciona dois DPs:

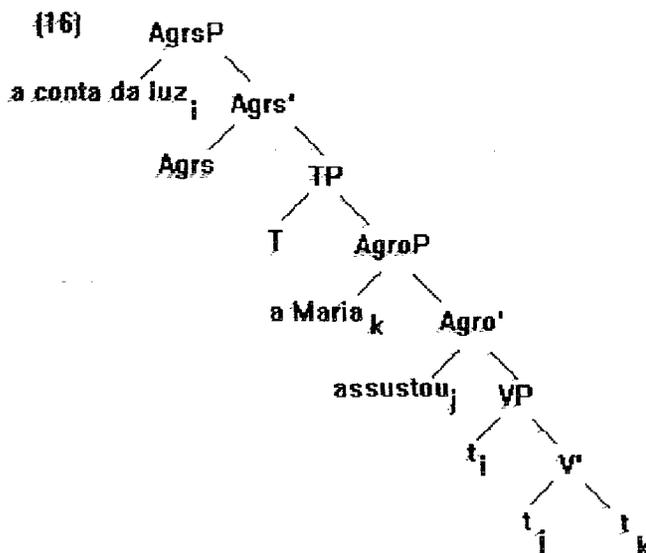
(15) A conta da luz assustou a Maria

No capítulo 3., mostramos evidências de que verbos psicológicos do tipo de *assustar* são inacusativos apesar de selecionarem dois argumentos DPs⁹.

Seguindo a UTAH, projetamos ambos os argumentos de *assustar* dentro do VP lexical: o argumento que se alça para Spec AgrsP, o Tema, é projetado no especificador de VP, restando ao Experienciador a posição de

⁹ Mostramos que Belletti & Rizzi (1988) encontram dados empíricos que comprovam essa hipótese.

complemento do verbo. Nesses termos, uma sentença como (15) pode ser representada como em (16):



(16) mostra que verbos como *assustar* são inacusativos apesar de selecionar dois argumentos DPs, pois não projetam vP. O argumento Tema, *a conta da luz*, checa nominativo em Spec AgrsP (em sintaxe visível); e o argumento Experienciador, *a Maria*, checa acusativo em Spec AgroP (em sintaxe coberta). Essa checagem supõe que T se adjunge a Agrs e que V se adjunge a Agro.

A proposta leva em conta que, numa língua nominativa, quando um verbo seleciona dois DPs, um deles carrega traços de nominativo, e o outro carrega traços de acusativo. O nominativo é checado contra o DP que não é c-comandado (por outro DP); e o acusativo é checado contra o DP que é c-comandado (por outro DP)¹⁰. Dessa forma, Minimalidade Relativizada (Rizzi, 1990) não é violada.

¹⁰ Estamos considerando a seguinte noção de C-comando: A c-comanda B sse: (i) A não domina B e B não domina A; (ii) a primeira categoria que domina A domina igualmente B. Leia-se A como o DP projetado na posição de especificador e B o DP projetado como complemento de VP. Tem uma definição mais bonita de c-comando (assimétrico): A c-comanda B se B é dominado pelo irmão de A.

A análise que estamos propondo está de acordo com a generalização de Burzio, como mostram Miotto & Nascimento (a sair). Eles interpretam essa generalização em termos da hipótese do VP oracional da seguinte forma: se um núcleo [+V] projeta especificador (temático), então o acusativo estará disponível para um DP que é complemento do verbo ou faz parte dele. Se um núcleo [+V] não projeta especificador, então o acusativo não vai estar disponível na estrutura. Em (16) *assustar* projeta especificador; e o acusativo está disponível para o DP que é projetado como complemento do verbo.

3. Conclusão

Neste capítulo, analisamos algumas sentenças construídas com os verbos inacusativos que foram descritos nos capítulos 2 e 3. Em 2.1 propusemos uma análise para as sentenças construídas com inacusativos que selecionam apenas um argumento (DP e não DP); e em 2.2 analisamos as sentenças construídas com inacusativos que podem selecionar mais de um argumento DP, os verbos psicológicos.

Quanto à análise das sentenças com inacusativos que selecionam apenas um DP, assumimos que DPs pré-verbais checam traços de nominativo em Spec AgrSP; e que DPs pós-verbais checam traços de partitivo em Spec AgroP. No primeiro caso há apenas um Agr ativo na sentença, que é AgrSP; no segundo caso há dois Agr ativos, AgrSP e AgroP.

Seguindo Chomsky (1995: 277), consideramos a possibilidade de que o movimento visível do DP para o especificador de AgrSP faz com que a concordância morfológica entre verbo e DP seja obrigatoriamente desencadeada; e que o movimento coberto do DP para Spec AgroP cria a

possibilidade de que essa concordância não se manifeste concretamente. Consideramos também a possibilidade de que os traços *phi* são opcionais, e podem não estar presentes em sentenças com posposição do DP ao verbo. A ausência de traços de concordância (de número, pelo menos) não permite o alçamento do DP para Spec AgrsP.

Quanto à análise das sentenças com inacusativos que selecionam um CP, mostramos que o DP encaixado pode checar traços de caso dentro do CP. Se o verbo encaixado é um inacusativo, a posição pós-verbal do DP nos leva a admitir que esse DP checa partitivo contra o verbo inacusativo.

Quando o argumento selecionado for um constituinte complexo com características distintas das de um CP, o DP encaixado se alça para a sentença matriz, pois não há como esse DP checar seus traços na posição em que se encontra. Esses são contextos de apagamento de CP, em que o DP encaixado pode ser alçado para a sentença matriz.

A análise das sentenças construídas com verbos inacusativos que selecionam mais de um argumento DP assumiu que um verbo psicológico do tipo de *assustar* projeta uma estrutura simples para o VP, quer selecione dois argumentos, quer selecione apenas um. Esse é um verbo tipicamente inacusativo, que alça o argumento Tema para Spec AgrsP. Se o argumento Tema checa nominativo, resta ao argumento Experienciador a checagem de acusativo.

Capítulo VI

Conclusão

Esta tese abordou as sentenças construídas com verbos inacusativos no PB. Mostramos aqui que é possível encontrar evidências para sustentar a subclassificação dos verbos monoargumentais do PB em intransitivos e inacusativos. Apesar de o PB não possuir marcas explícitas que nos auxiliem a manter essa subdivisão, possui alguns processos que evidenciam as características inacusativas de um conjunto de verbos, como a formação de particípio ou a formação de nominais em [-or], por exemplo.

Os verbos inacusativos foram divididos em duas grandes classes. Uma classe abrange os inacusativos que selecionam apenas um argumento; a outra classe engloba verbos biargumentais que podem ser reduzidos a verbos de um argumento apenas. Adotamos análise do VP oracional (Larson, 1988) e aplicamos a ela a UTAH (*Uniform Theta Assignment Hypothesis*) de Baker (1988); dessa forma, os argumentos não agentivos foram sempre projetados no VP lexical.

A classe dos verbos inacusativos que selecionam apenas um argumento foi dividida de acordo com o tipo de argumento selecionado: há os inacusativos que selecionam DP; e os que selecionam um constituinte complexo, como um CP ou uma SC. Os inacusativos que selecionam um argumento complexo foram subclassificados em inacusativos que selecionam CP e inacusativos que não selecionam CP (os verbos de alicamento).

Para a análise das sentenças com inacusativos que selecionam apenas um argumento DP, assumimos que DPs pré-verbais checam traços de nominativo em Spec AgrsP (em sintaxe visível); e que DPs pós-verbais checam traços de partitivo em Spec AgroP (em sintaxe coberta). Seguindo Chomsky (1995: 277), consideramos a possibilidade de que o movimento visível do DP para o especificador de AgrsP faz com que a concordância morfológica entre verbo e DP seja obrigatoriamente desencadeada; e que o movimento coberto do DP para Spec AgroP cria a possibilidade de que essa concordância não se manifeste concretamente.

Descrevemos os verbos biargumentais que podem ser reduzidos a verbos de um argumento apenas, e mostramos que o resultado desse processo pode ser ou um verbo inacusativo, ou um verbo intransitivo. No primeiro caso, o argumento preservado pode ser aquele que detém o papel temático Tema, que é projetado no VP lexical; no segundo, o argumento preservado na estrutura não vai ser o Tema, e sim aquele que é projetado no especificador do VP abstrato.

Assumimos que os verbos inacusativos biargumentais projetam uma estrutura simples para o VP, apesar de selecionarem mais de um DP. Esses são os verbos psicológicos que podem alçar o argumento Tema para Spec AgrsP. Se o argumento Tema checa nominativo, resta ao argumento Experienciador a checagem de acusativo.

Por fim, mostramos que a nossa análise está de acordo com a generalização de Burzio, que pode ser interpretada da seguinte forma, como fazem Miotto & Nascimento (a sair): se um núcleo [+V] projeta especificador

(temático), então o acusativo estará disponível para um DP que é complemento do verbo ou faz parte dele; se um núcleo [+V] não projeta especificador, então o acusativo não vai estar disponível na estrutura.

Referências bibliográficas

- ARONOFF, M. (1976) *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press.
- BAKER, M. (1988) *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- BELLETTI, A. (1988) *The Case of Unaccusatives*. In: *Linguistic Inquiry*, 19 (1): 1-34.
- _____. (2001) *Aspects of the low IP Area*. Università di Siena. <http://www.media.unisi.it/cisl/publicazioni.htm>.
- BELLETTI, A. & Rizzi, L. (1988) *Psych-Verbs and θ -Theory*. In: *Natural Language and Linguistic Theory*, 6: 291-352. Kluwer Academic Publishers.
- BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax*. Dordrecht: Reidel.
- CANÇADO, M. (1997) *Verbos Psicológicos do Português Brasileiro e a Análise Inacusativa de Belletti & Rizzi: indícios para uma proposta semântica*. In: *D.E.L.T.A*, 13 (1): 119-139.
- CARDINALETTI, A. (1997) *Agreement and Control in Expletive Constructions*. In: *Linguistic Inquiry*, 28 (3): 521-533.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lecturs on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- _____. (1986) *Knowledge of Language*. New York: Praeger.
- _____. (1993) *A Minimalist Program for Linguistic Theory*. In: HALE, K. & S. J. KEYSER (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

- _____. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CRUSE, D. A. (1973) Some thoughts on agentivity. In : *Journal of Linguistics*, 9: 11-23.
- DA COSTA, D. M. (2000) *Os Verbos Psicológicos e a Queda da Preposição a no Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis/UFSC.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, J-B.; MEVEL, J-P. (1991) *Dicionário de Linguística*. SP: Cultrix.
- ELISEU, A. M. G. (1984) *Verbos Ergativos do Português: descrição e análise*. Tese de Mestrado. Portugal.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. & MIOTO, C. (a sair) *Sobre a seleção de auxiliares e a distribuição do pronome ne em italiano*.
- FILLMORE, C. (1968) The Case for Case. In: BACH, E.; HARMS, J. (eds.) *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- FRANCHI, C., NEGRÃO, E. V., VIOTTI, E. (1998) *Sobre a Gramática das Orações Impessoais com Ter/Haver*. In: *D.E.L.T.A.*, 14: 105-131.
- GALVES, C. (1998) *Tópicos, Sujeitos, Pronomes e Concordância no Português Brasileiro*. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 34: 19-31.
- _____. (1993) *O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro*. In: *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GRIMSHAW, J. (1990) *Argument Structure*. Cambridge: MIT Press.

- HALE, K. & KEYSER, S. J. (1993) On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In: HALE, K. & S. J. KEYSER (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- HIGGINBOTHAM, J. (1987) Indefiniteness and Predication. In: *The Representation of (In)definiteness*. REULAND, E.J. & A.G.B. TER MEULEN (eds.). Cambridge: MIT Press.
- KOOPMAN, H. & SPORTICHE, D. (1991) The Position of Subjects. In: *Lingua*, 85: 211-258.
- LARSON, R. K. (1988) On the Double Object Construction. In: *Linguistic Inquiry*, 19 (3): 335-391.
- LASNIK, H. (1981) Restricting the Theory of Transformations: a case study. In: *Explanations in Linguistics*. HORNSTEIN, N. & D. LIGHTFOOT (eds.) London: Longman.
- _____. (1992) Case and Expletives: Notes toward a Parametric Account. In: *Linguistic Inquiry*, 23 (3): 381-405.
- _____. (1999) *Minimalist Analysis*. Massachusetts: Blackwell.
- LOPES, R. E. V. (1999) *Uma Proposta Minimalista para o Processo de Aquisição da Linguagem: relações locais*. Tese de Doutorado. Campinas/Unicamp, IEL.
- MATTOSO CAMARA Jr., J. (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. & LOPES, R. E. V. (1999) *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular.
- MIOTO, C. & NASCIMENTO, S. H. L. (a sair) *A Generalização de Burzio e o VP Oracional*.

- NASCIMENTO, M. do & KATO, M. (1995) O Estatuto dos Nominais Pós-verbais dos Verbos Inacusativos. In: *Revista de Estudos Lingüísticos*, 1: 31-74. Belo Horizonte.
- NASCIMENTO, S. H. L. (1999) *Variação na Concordância Verbal em Construções Inacusativas do Português Brasileiro*. Trabalho apresentado como exame de Qualificação em Sociolingüística. Florianópolis/UFSC.
- NUNES, J. M. (1991) *Se Apassivador e se Indeterminador: o percurso diacrônico no Português Brasileiro*. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 20: 33-58.
- _____. (1995) *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. University of Maryland.
- PERLMUTTER, D. (1978) *Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis*. *Proceedings of the Berkeley Linguistics Society 4*.
- RAPOSO, E. P. (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho.
- _____. (1999) *O Programa Minimalista*. Lisboa: Caminho.
- RIZZI, L. (1990) *Relativized Minimality*. MIT Press.
- _____. (1997) *The Fine Structure of the Left Periphery*. In: HAEGEMAN, L. (ed.) *Elements of Grammar*. 281-337. Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- SAITO, M. & HOSHI, H. (1994) *Japanese Light Verb Construction and the Minimalist Program*. MS, University of Connecticut, Storrs.
- SPENCER, A. (1991) *Morphological Theory. An introduction to word structure in Generative Grammar*. Massachusetts: Blackwell.

VIOTTI, E. C. (1999) **A Sintaxe das Sentenças Existenciais do Português do Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo/USP.

ZUBIZARRETA, M. L. (1985) **The Relation between Morphophonology and Morphosyntax: The Case of Romance Causatives**. In: *Linguistic Inquiry*, 16 (2): 247-289.